



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 25 - Nº 484 - DE 7 A 21 DE SETEMBRO DE 2014 - R\$ 3,00

**Guerra civil na Ucrânia expressa a restauração capitalista
e o esgotamento das fronteiras nacionais pós guerra**



**Por uma Ucrânia Soviética de Operários e
Camponeses, unida, livre e independente**



**76 anos de fundação da IV Internacional
A autodeterminação dos povos virá
como parte da revolução socialista**

Oposição revolucionária a Dilma

OTAN aponta as armas para a Rússia

Depois da guerra que despedaçou a Iugoslávia, a crise da Ucrânia é o sintoma mais visível da decomposição do capitalismo na Europa. Há que agregar o princípio de guerra da Geórgia com a Rússia, que resultou no desmembramento de parte de seu território.

Nota-se que há aspectos em comum em todos esses violentos acontecimentos. Iugoslávia, Geórgia, Ucrânia e Rússia passaram e passam pelo processo de restauração capitalista.

As revoluções e as transformações na base econômica que ocorreram antes e posteriores à 2ª Guerra Mundial em vários países da Europa romperam elos da cadeia do capitalismo internacional. A Revolução Russa foi o ponto de partida. O proletariado, dirigido pelo partido bolchevique, em aliança com o campesinato, em meio à 1ª Guerra Mundial, pôs definitivamente fim ao czarismo e derrubou a burguesia. A revolução proletária impôs uma profunda derrota ao imperialismo europeu.

No seio da nova repartição do mundo pelas potências se ergueu uma fronteira nacional demarcada pela revolução, distinta e oposta à imposta pelo imperialismo anglo-francês vencedor. Essa conquista emancipadora do proletariado russo poderia ter desfechado um golpe mais duro na cadeia do capitalismo mundial caso não fracassasse a revolução alemã.

A 1ª Guerra foi o prólogo de uma conflagração mais ampla e profunda. Em 1929, o capitalismo voltou a se contorcer em sua crise estrutural de superprodução e de agigantamento do parasitismo financeiro. A Alemanha, recuperada da derrota de 1918, retomaria a guerra como meio de solução das contradições entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção, e entre aquelas e as fronteiras nacionais.

A segunda derrota do imperialismo alemão, no entanto, se deu em uma situação mundial distinta. A União Soviética, sob a direção de Josef Stálin, se viu obrigada a participar da guerra promovida pelo imperialismo. O nazifascismo se gestou no ventre da democracia burguesa alemã. O fracasso da revolução socialista dos anos 20 passava ser parte do curso catastrófico que tomava o capitalismo alemão, europeu e mundial.

A crise de direção revolucionária – gestada pela revisão estalinista – já não permitia que a burguesia alemã fosse golpeada e derrotada a sua fração nazista. A guerra se tornou inevitável. E com ela emergiu um processo revolucionário, a exemplo do período de 1914 a 1918.

A expropriação da burguesia no Leste Europeu e na Hungria avançou a ruptura nos elos da cadeia capitalista. Terminada a guerra, os Estados Unidos passaram a chefiar a reconstrução capitalista. As transformações que iniciaram um período de transição do capitalismo para o socialismo já não se limitavam à União Soviética – Leste Europeu, China e Coreia do Norte. Indicavam que a revolução mundial ampliara seu caminho. Sob as direções estalinistas – ou variantes do socialismo nacional (socialismo em um só país)

–, puderam sobreviver ao lado da reconstrução capitalista e do fortalecimento da hegemonia norte-americana.

Os países que recorreram à transição socialista estabeleceram fronteiras incompatíveis com o imperialismo e com a própria revolução mundial. O nacionalismo estalinista (titoísta, maoísta, etc.) estava destinado a bloquear o desenvolvimento das forças produtivas socialistas, em consonância com os limites impostos pelo imperialismo. Ou as fronteiras nacionais capitalistas iriam caindo e cedendo lugar às forças produtivas impulsionadas pelas novas relações de produção (produção social) ou as fronteiras nacionais dos países em transição para o socialismo cairiam e iriam cedendo à penetração imperialista.

A política traçada pelas potências em seguida ao fim da conflagração, denominada de “Guerra Fria”, se assentou nessa contradição. Trotsky em sua luta contra a revisão estalinista (“socialismo em um só país”) mostrou que o perigo para a União Soviética não era imediatamente uma invasão militar, mas sim uma invasão de mercadorias. Assim se passou. As potentes forças produtivas capitalistas condicionaram a existência das embrionárias forças produtivas socialistas.

Terminada a monumental obra de reconstrução da Europa ocidental e do Japão, volta a vigorar o choque entre as forças produtivas ainda mais poderosas e as fronteiras nacionais. A União Soviética, o Leste Europeu e China ficaram muito atrás dos gigantescos saltos dados pelo capitalismo do pós-guerra. Era inevitável que explodissem as crises do regime burocrático e que uma fração da burocracia assumisse plenamente as reformas pró-capitalistas.

O proletariado nada pôde fazer. Não contava com a direção revolucionária. A III Internacional foi liquidada programaticamente e finalmente suprimida por ordem do Kremlin. A IV Internacional não teve como reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista na situação de preparativo e de deflagração da guerra.

O movimento restauracionista dos anos 80 e 90 triunfou. No entanto, não atendeu integralmente às necessidades do imperialismo. Polônia, Checoslováquia (desmembrada), Iugoslávia (dissolvida), Romênia, etc. foram reabsorvidos como semicolônias. O mesmo deveria ocorrer com a ex-União Soviética. Lituânia, Letônia e Estônia cederam rapidamente. Mas outras repúblicas de maior peso e importância para a Rússia não seguiram o mesmo ritmo. É o caso da Geórgia e da Ucrânia. Pode-se acrescentar a Chechênia (rica em petróleo), cujas forças separatistas foram esmagadas.

A Rússia, por sua economia, dimensões, poder militar e história, não pode restaurar o capitalismo sem pretender certa independência diante das potências e sem conservar seu poder regional. A reconstituição da grande burguesia – liquidada pela revolução – não tem como trilhar o mesmo caminho da absorção verificado no Leste Europeu. A oligarquia burguesa russa aspira manter o país sob o seu controle e conservá-lo como potência. A perda de influências sobre as repúblicas que se desprenderam da União Soviética a enfra-

Ascensão de Marina

Crise dos partidos da burguesia

O mesmo fenômeno que amparou a eleição do operário metalúrgico, Luiz Ignácio Lula da Silva, pode se reproduzir agora com a outrora seringueira Marina da Silva. Trata-se de um reflexo da decadência dos velhos partidos oligárquicos, que espelham a decomposição histórica da burguesia nacional.

A distância entre partidos como o PMDB, DEM e PSDB e as massas empobrecidas - expulsas das terras, faveladas nos centros urbanos, submetidas à infernal exploração do trabalho e premida pelo Estado policial - aumentou em vez de diminuir. Os explorados de alguma maneira os identificam como interesseiros e nada alvissareiros.

O pouco de rompimento nos elos de dependência direta da oligarquia burguesa e de elevação da cultura política permitiu a crescentes parcelas da população ver nos partidos da burguesia uma horda de velhacos. A desconfiança diante do palavreado dos politiqueiros é um sinal de que se espera depois da constituição de um novo governo a mesmice ou a piora.

Do ventre da burguesia, não têm surgido empolgantes caudilhos, como Getúlio Vargas, na década de 1930, e João Goulart, nos anos 60. Os líderes que governam os Estados da federação - a exemplo de Geraldo Alckmin, em São Paulo, são figuras macilentas, descoradas e dotadas de morbidez política. O candidato do PSDB, Aécio Neves, que tomou o lugar de José Serra, por mais que se encha de oxigênio, é vazio de carisma. Abre a boca para mentir perante os explorados e para se comprometer com as exigências dos banqueiros, agroindustriais, etc. Sua figura pouco se distingue da de José Serra, duas vezes derrotado por Lula.

O esgotamento do ciclo político do PT abriu esperança de retorno do PSDB ao poder do Estado. Apenas esperança, uma vez que Dilma conseguia mostrar para os miseráveis e pobres que a volta do partido de Fernando Henrique Cardoso punha em risco os empregos e o programa assistencial (Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, ProUni, etc.). Um segundo turno era possível. A classe média desgarrada do petismo poderia acirrar a polarização e Aécio se elevar com um pé sobre seu ombro direito e com o outro sobre o esquerdo de uma parcela pobre que perdeu a confiança no governo petista. O candidato do PSB, Eduardo Campos, apesar de toda propaganda em torno do surgimento de uma nova liderança, imaculada e alicerçada na lenda do avô nacionalista, Miguel Arraes, não conseguia escalar mais do que as primeiras pedras da montanha. Tudo indicava que teria, no final das contas, de negociar o segundo turno com Aécio.

Quis o imprevisto que o avião de campanha do pernambucano despencasse em queda mortal. E que Marina levantasse um voo eleitoral surpreendente. Há um pouco de superstição entre os explorados nessa história que fez da vice de Eduardo uma possibilidade até então figurante na chapa do PSB. Nas eleições se explora tudo. O imponderável, porém, foi um grande presente a Marina Silva. Mas não

quece diante do imperialismo europeu e norte-americano.

A Federação Russa (Comunidade de Estados Independentes - CEI), que substituiu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, logo se mostrou incapaz de garantir à Rússia poderes regionais contrários à ofensiva do imperialismo. A inclinação das ex-repúblicas soviéticas para órbita do imperialismo gestou um quadro de conflitos nacionais.

A incorporação da Criméia e eclosão da guerra civil na Ucrânia são sintomas do processo de restauração capitalista, da necessidade do imperialismo ocidental assimilá-la e da Rússia de defender seus interesses regionais. Nota-se que a reconstituição do capitalismo - não detalhamos o lugar da China - é de ordem internacional, embora esteja sob a condução da oligarquia burguesa que se formou com e sob a burocracia contrarrevolucionária. Seu lugar na crise mundial do capitalismo é de imensa importância.

Depois da dissolução do Pacto de Varsóvia (reunia a ex-União Soviética e o bloco do Leste Europeu), a OTAN entrou em declínio. Não faltaram ilustres vozes europeias aludindo a seu esgotamento. Mas para os Estados Unidos essa poderosa máquina de guerra é estratégica. A Europa Ocidental ajuda a financiar a política intervencionista da burguesia americana num amplo raio mundial.

A petulância do governo russo em intervir contra a assimilação da Ucrânia pelo Ocidente, de separar dela a Criméia e de apoiar os separatistas do Leste resultou numa convocação do governo norte-americano a que a OTAN assuma seu papel militar. A reunião no País de Gales, em seu primeiro dia (4/9), anunciou que apoiará o fornecimento de armas à Ucrânia por países membros, treinará tropas em Kiev e reforçará militarmente as fronteiras orientais da Europa.

Com um gesto cínico de concórdia, Petro Poroshenko, presidente da Ucrânia, declarou que está próximo de assinar um acordo com a Rússia de cessar fogo no leste.

As oligarquias russa e ucraniana estão sob a pressão das potências para que abram caminho à penetração do capital internacional em toda a região. A divisão dos ucranianos é fruto da divisão das oligarquias restauradoras do capitalismo. A crise mundial aberta nos Estados Unidos em 2008 não foi debelada. Tudo indica que ainda terá de destruir maciçamente forças produtivas. Um dos porta-vozes da OTAN definiu a situação como grave, referindo-se à Europa Oriental e ao Oriente Médio. Não precisou incluir a projeção da China e o potencial de crise na Ásia.

A classe operária ucraniana se encontra submetida, o que inviabiliza uma reação da população em defesa da autodeterminação do País e contra a sua divisão. Mas as experiências acabarão por obrigar os explorados a levantar uma via própria de solução da crise. Para combater o imperialismo e a intervenção russa, a bandeira histórica do proletariado é a de "Por uma Ucrânia Soviética, una, livre e independente". A tarefa geral que se desprende da crise europeia é de reconstruir a IV Internacional, formando os partidos marxista-leninista-trotskistas.

se deve dar importância a essa casualidade. O messianismo nas eleições também reflete a decomposição da burguesia nacional.

Marina subiu na política burguesa agarrada a Lula - ambos se utilizaram da repercussão do trágico assassinato do seringueiro Chico Mendes, empenhado numa ecologia nacional de inspiração ideológica internacional, via de regra, socialdemocrata. Marina foi nomeada ministra de Lula, abraçada à causa ecológica, mais tarde denominada de “desenvolvimento sustentável”. Ficou a marca e a fama, apesar de a ministra do Meio Ambiente ter se adaptado ao agronegócio. Rompeu com o PT, em nome de um “novo modelo” econômico. Abrigou-se no Partido Verde, que lhe acenou com a possibilidade de ir à frente com sua bandeira ecocapitalista. Surpreendeu com sua candidatura lhe rendendo vinte milhões de votos, nas eleições polarizadas entre Dilma e Serra. Mas essa projeção não foi suficiente para desalojar a burocracia partidária do PV e montar sua própria.

Com esse capital, Marina aproximou empresários do calibre da Natura. Animou-se a formar um novo partido, a “Rede”. Desta vez, o Tribunal Eleitoral não fechou os olhos para as fraudes das assinaturas de filiação. A bizarra lei antidemocrática foi aplicada rigorosamente. A “Rede” não obteve o registro. A ruptura de Eduardo Campos com o governo do PT abriu caminho para Marina e sua camarilha se abrigarem no PSB. As supostas divergências sobre o agronegócio foram aparadas. Eduardo Campos contava com apoio dos usineiros. O vice de Marina, Beto Albuquerque, representa os interesses dos empresários do agro. Tudo em perfeita harmonia.

A burguesia como classe estava interessada na substituição de Dilma por Aécio. Setores do grande capital se colocaram em franco apoio ao PSDB contra o PT. Mas a matemática dos votos sofreu um revés com a ascensão de Marina e a estagnação de Aécio. As pesquisas de opinião dão como certo que Dilma enfrentará Marina. Nota-se uma virada na situação.

Os grupos econômicos que têm poder de decisão nas eleições por financiá-las se encontram em uma encruzilhada. Querem o PT fora do Planalto, mas temem o desconhecido com Marina. Sua filiação aos evangélicos não é o problema, mas não deixa de ser indesejável para a Igreja Católica. A influência das igrejas na política e na conformação da democracia burguesa é grande. Os padres se ressentem da perda de espaço para os pastores. À burguesia é indiferente, desde que seu poder de classe seja devidamente administrado e que a luta de classes continue canalizada.

Os primeiros sintomas da ascensão de Marina se revelam na movimentação das frações da oligarquia partidária no sentido de cercar a candidata opositora e oferecer-lhe seus préstimos para a conformação de um novo governo. Caso se confirme a via da derrota de Dilma e se constitua um cordão partidário em torno de Marina, pode haver uma grande virada da burguesia pelo desmonte do governo petista.

Dilma em princípio é mais candidata da burguesia do que Marina, que surge como um imprevisto e que deixa em aberto um imponderável horizonte. Ocorre que se houver um deslocamento das bases populares do PT, não há outro remédio aos capitalistas senão amarrar Marina à velha oligarquia que se mantém no poder do Estado, independente de que partido seja o presidente da República. Está aí por que a candidata do PSB/Rede foi orientada a dizer que procurará apoio de todos os políticos que forem imprescindíveis ao seu governo.

Não é improvável que o próprio Lula procure fazer do PT um possível aliado em um futuro governo de união nacional, no caso de a crise econômica avançar e a luta de classes se libertar das travas da burocracia traidora. Não há fronteiras intransponíveis entre os partidos que comandam o Estado. Lula somente governou escorado numa ampla aliança, tendo no centro o PMDB. Tornou-se amigo de ex-caciques da ditadura militar e conhecidos chefes oligárquicos.

Sem um partido revolucionário profundamente vinculado ao proletariado, as massas procuraram identificar sua situação de existência com políticos que não vêm da classe capitalista. Lula e Marina são vistos como representação dos miseráveis e pobres na política. Destoam das experiências com os velhos partidos e conhecidos politiquinhos vinculados aos latifundiários, empresários e banqueiros.

Lula teve a seu favor o impulso econômico de quase uma década. Marina não terá a mesma sorte, caso eleita. Estará na presidência de um governo premido pelas exigências da burguesia para que descarregue a crise sobre as massas e retroceda os pequeníssimos ganhos que tiveram na década de bonança capitalista. Sem dúvida, a burguesia brasileira não encontrará um caudilho como Lula. O ex-líder sindical das greves do ABC em fins de 70 e começo dos anos 80 revelou uma extraordinária sagacidade política para enganar os explorados e dar à burguesia o que ela exigia. Marina não poderá cumprir o mesmo papel.

As esquerdas (reformista, centrista e estalinista) não foram capazes de se unificar em uma frente eleitoral. Cada um por si faz demagogia com a bandeira de um “governo dos trabalhadores” e “poder popular”. Nenhum dos quatro partidos legalizados se apresenta com a estratégia da revolução proletária, nem tem vínculos profundos com os explorados. Nestas condições, as massas vão sendo arrastadas pela disputa entre os três candidatos mais cotados. A conduta eleitoreira e inofensiva à burguesia das esquerdas serve de curioso enfeite à democracia.

A defesa do voto nulo pela construção do partido operário revolucionário, nestas condições, é a via que permite a luta, no terreno político da burguesia, pela independência dos explorados. O POR intervém nas eleições com as reivindicações mais sentidas dos explorados, organizando a luta onde esta despoitar e explicando que somente por meio da ação direta, do combate coletivo de massa, é possível se contrapor aos ataques dos exploradores e impor conquistas operárias e populares.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Fortaleza-CE: Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Nenhum voto nos partidos burgueses e seus candidatos: Eunício, Tasso, Mauro e Camilo Santana!

Nestas eleições, voto nulo programático! Nosso programa é o da revolução proletária! Nosso método é o da ação direta de massas! Construíamos o Partido Operário Revolucionário/POR!

Chamamos os trabalhadores e a juventude pobre a votar nulo nestas eleições. A campanha eleitoral está a todo vapor. Os candidatos aparecem pedindo o voto do povo pobre nas ruas, jornais e TV dizendo que governarão melhor, que resolverão o problema da saúde pública, da educação, do transporte, da moradia, do desemprego e da violência. Não faltam promessas fantasiosas nem dinheiro para megaeventos e ricas propagandas.

Acontece que a vida dos explorados continua o mesmo sofrimento e se vê a crise social avançar. Mais de 70% das famílias cearenses sobrevivem miseravelmente com apenas um salário mínimo (R\$ 724,00/mês! - IBGE/2012); A polícia registrou 4.449 homicídios, no estado, ano passado e já 2.367 apenas de janeiro a junho deste ano. O desemprego adulto continua elevado em 7,5% e o jovem, mais elevado ainda 24% (2009). As escolas públicas há muito estão transformadas em sucatas. Os jovens saem delas muitas vezes semianalfabetos. Na saúde, centenas morrem sem atendimento médico nas portas de hospitais, sem remédios nem leitos. O déficit habitacional do estado é de mais de 550 mil residências. Milhões são condenados a sobreviver amontoados em barracos pelos cortiços e favelas sem saneamento básico, ruas pavimentadas, etc.

Ao mesmo tempo, os capitalistas sangram os recursos do estado. As empresas do consórcio Galvão Engenharia S/A, e Andrade Mendonça Construtora foram as grandes beneficiárias da construção da Arena Castelão (R\$ 550 milhões). O governo vai repassando 250 milhões para as construtoras do Aquário Oceânico, para favorecer os proprietários de hotéis e bares na beira-mar. Outros R\$ 570 milhões já estão reservados para empresas que participarão da ampliação do Porto do Pecém. Enquanto isso, a pior, seca dos últimos 50 anos devasta o interior do estado com populações inteiras vivendo da água que consegue chegar em carros pipas.

Os explorados, porém, têm reagido a isso. As manifestações de junho de 2013 e de 2014, contra a Copa bilionária da Fifa/burguesia e o direito ao passe livre, assim como as greves operárias pelo país, tem apontado a saída: ação direta para sepultar o capitalismo em crise. Nisso, tem sido alvo da mais brutal repressão policial, a qual é preciso combater pela denúncia e organização da unidade na luta. É essa a conjuntura em que ocorrem as eleições.

Quem são os candidatos da burguesia?

Os explorados são chamados a irem às urnas escolher o próximo governo burguês, que governa sempre para os ricos e reprime com violência as lutas dos trabalhadores e juventude. As candidaturas de Eunício Oliveira (PMDB), Tasso Jereissati (PSDB); Eliane Novaes (PSB); Mauro Filho (PROS); Camilo Santana (PT/PROS) estes últimos impulsionados pela oligarquia dos Ferreira Gomes, são todos farinha do mesmo saco.

Estavam juntos, com exceção de Tasso, no governo antipopular de Cid Gomes. O próprio Cid Gomes, assim como seu irmão Ciro, são crias de Tasso Jereissati e estiveram com ele longos anos no PSDB, até saírem por conveniência e migrarem para outras legendas como o PROS recentemente. Representam todos eles o continuísmo. Pode-se esperar que Eunício e Tasso farão um governo diferente de Cid? De forma alguma. O que há de diferença está no grau e não no conteúdo de sua política: continuar enriquecendo os empresários enquanto os camponeses pobres, o proletariado e a juventude da periferia são explorados diuturnamente.

O PT, que esteve com Cid Gomes durante seus oito anos de mandato, ocupando várias secretarias de governo, há muito deixou de defender a independência de classe dos explorados. Sua submissão neste último período à Oligarquia Ferreira Gomes só faz demonstrar mais uma vez que os sindicatos e a CUT (assim como a CTB, ligada ao PCdoB) continuarão a ser anulados como instrumentos de organização dos trabalhadores. O reformismo está apodrecido até os últimos fios de cabelo. A burocracia sindical corrupta que controla os sindicatos e vive do dinheiro que estes arrecadam dos trabalhadores mantém os explorados submetidos às candidaturas burguesas. A escolha de Camilo Santana pelo próprio Cid sem que o PT sequer pudesse realizar sua convenção e escolher pelo voto um nome próprio, apenas demonstra para aqueles que não querem enxergar, que o PT se aburguesa e apodrece na política da classe inimiga.

As eleições burguesas nada mudam

As eleições, que têm ocorrido a cada dois anos, são um circo e um teatro para enganar os explorados. Não haverá nenhuma mudança na situação do povo pobre por esta via. Nas eleições vence o poder econômico, isto é, as candidaturas com mais dinheiro. Os candidatos sem dinheiro sequer são conhecidos das massas. A Imprensa burguesa: Globo, Veja, Estadão, Record etc trabalham para eleger os candidatos da burguesia e caluniam os que denunciam a farsa da democracia dos ricos. A cada campanha eleitoral os explorados são chamados a escolher seus algozes, seus opressores, que, ao assumir o governo, atacam suas condições de vida e lhe retirarão direitos. As eleições são um campo de disputa da classe capitalista, é seu terreno de luta para arregimentar e corromper milhões e derrotar a classe operária.

Só a ação direta que é o método próprio de luta dos explorados pode mudar sua situação. A greve, a ocupação de prédios públicos, o bloqueio de estradas, as manifestações de rua são o caminho para derrotar nossos inimigos e arrancar: terra, educação, transporte, saúde, moradia e emprego. Não haverá solução para os males sofridos pelas massas no interior do capitalismo, que esgota-se em crises e afunda-se na barbárie. O

domínio dos monopólios (imperialismo), da grande propriedade privada burguesa, e da exploração do trabalho precisa ser destruído pela revolução proletária. Ergueremos uma nova sociedade (o socialismo) que liquide a fome, o atraso econômico e o desemprego e nos liberte de todas as formas de opressão.

Frente de esquerda eleitoreira

Os partidos da Frente de Esquerda (PSTU-PSOL-PCB) lançaram o candidato Ailton Lopes (PSOL) a governo e Raquel

Novo ciclo de estudos políticos do POR

Durante dois anos, utilizamos a escola de quadros para melhor conhecer a formação histórica do Brasil - suas transformações econômicas, passagem de colônia para semicolônia, formação e desenvolvimento das classes sociais, luta de classes, etc. A escolha desse estudo tão amplo se deveu ao fato do POR estar, naquele momento, empenhado na elaboração do Programa. Avaliamos que foi de grande valia nos deter coletivamente nas fases do desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes no Brasil. Refletiu na elaboração das bases históricas do Programa.

Notamos que o fim prático dá concretude às discussões e à assimilação crítica.

Agora, decidimos melhor investigar o percurso do trotskismo. O principal objetivo é o da luta pela construção do POR como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, ou seja, a reconstrução da IV Internacional. É necessário incorporar no Programa e na política do POR as experiências da luta de classes internacional e as formulações de Leon Trotsky.

Não por acaso, estruturamos o partido sobre a base do marxismo-leninismo-trotskismo. Trata-se do desenvolvimento do programa da revolução mundial socialista, da teoria e da política marxistas.

A Revolução Russa assentou o marco histórico do internacionalismo concebido teórico e programaticamente por Marx e Engels. Lênin e Trotsky armaram o proletariado russo e mundial com o programa necessário para derrotar a resistência contrarrevolucionária da burguesia ao comunismo. No entanto, o processo de combate centralizado da III Internacional ao capitalismo foi interrompido com a ascensão do revisionismo estalinista sobre o movimento internacional do proletariado.

A degeneração do Partido Comunista Russo, a transformação da ditadura revolucionária do proletariado em ditadura da casta burocrática revisionista, a liquidação da III Internacional, o apodrecimento dos partidos comunistas estalinizados no mundo todo e, finalmente, em nossos dias, o processo de restauração capitalista foram acontecimentos históricos inéditos que devem ser compreendidos à luz do marxismo.

Ao contrário das conclusões tiradas por arrivistas, revisionistas e oportunistas, a restauração em marcha não nega o marxismo e sim o confirma plenamente. O combate de Trotsky ao estalinismo no seio do partido e do poder soviético, a constituição da Oposição de Esquerda Russa, depois Oposição Internacional de Esquerda e a fundação da IV Internacional sobre a base do Programa de Transição confirmam a correção da teoria, do programa e do método do materialismo histórico. O triunfo

Dias (PSTU) ao senado. Precisaram de pouco tempo para mostrar seu eleitoralismo. Não convocaram as correntes de esquerda a unirem-se ao redor de um programa de independência dos explorados e reivindicações radicais de defesa da vida das massas. Basta ver que rejeitam na campanha a revolução proletária e iludem com a possibilidade de um governo dos trabalhadores saído das urnas.

Dessa forma o POR está obrigado a defender o programa da revolução proletária e seus métodos pelo voto nulo programático.

da restauração capitalista resultou da desfavorável correlação de força ao proletariado em sua luta mundial contra o capitalismo. O estalinismo e o trotskismo expressaram e expressam as forças antagônicas da revolução e contrarrevolução.

O nacionalismo estalinista e o internacionalismo marxista-leninista-trotskista travaram um combate de vida e morte no seio da transição do capitalismo para o socialismo na Rússia iniciada pela revolução proletária de 1917. A derrota da Oposição de Esquerda Russa e a impossibilidade de substituir em tempo a III Internacional pela IV Internacional são tão-somente parte do processo histórico mundial de transição do sistema capitalista para o sistema socialista de produção.

A destruição das conquistas revolucionárias do proletariado (a burguesia ainda luta por erradicá-las por completo) e o brutal recuo em sua organização independente dos aparatos da burguesia deixam a impressão subjetiva de que o capitalismo é de fato um regime perene e última fase de desenvolvimento da humanidade. Nada mais errôneo. A desintegração da União Soviética, o despedaçamento da Iugoslávia, a reintegração do Leste Europeu ao domínio imperialista e o processo de restauração na China não rejuvenesceram o capitalismo mundial.

A suposição de que finalmente o capitalismo “globalizado” encontrou sua via de desenvolvimento integrada e pacífica foi dissipada pelo furacão da crise mundial aberta com a quebra norte-americana em 2008. A crise estrutural voltou a se manifestar expondo velhas contradições e provocando novos conflitos, como o dos Estados Unidos com a Rússia em torno da Ucrânia. É bem provável que, esgotada a etapa de restauração conduzida pela burocracia convertida em agente direta da burguesia, a próxima é a de maior intervenção do imperialismo destinada a converter o conjunto dos países que passaram pela revolução em semicolônias das potências. Nada de pacífico se passou com a restauração. Para que avance, se agravarão as tendências bélicas do capitalismo da época imperialista.

Atravessamos um período em que o capitalismo volta a se contorcer em violentas convulsões. Resolver a crise de direção aberta com o triunfo do estalinismo é o problema central da situação. A assimilação crítica das experiências deixadas pelo confronto entre o socialismo nacional da burocracia estalinista e o internacionalismo marxista é uma das condições para enfrentar essa gigantesca tarefa.

O novo ciclo de formação da escola de quadros do POR iniciou-se com uma síntese histórica da Oposição de Esquerda e com uma introdução aos escritos de Trotsky de 1923, reunidos sob o título “Novo Curso”. Convidamos nossos simpatizantes e leitores a ingressarem em nossa escola de quadros.

7 de setembro: grito dos excluídos

Responder à situação de pobreza, miséria e fome da maioria trabalhadora

Mais uma vez, o movimento popular se manifesta no dia da “Independência” contra as más condições de existência dos operários, camponeses, classe média pobre e, particularmente, da juventude oprimida. Infelizmente, as direções sindicais se negam a organizar a luta. Estão comprometidas com o patronato e com os governos. Em sua grande maioria, os burocratas sindicais do PT, PDT, PSB, PSDB, PMDB, PCdoB, etc. estão alvoroçados com as eleições. Ao contrário de organizar os explorados, empunhando reivindicações próprias, oferecem-lhes as candidaturas burguesas de Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina da Silva.

O controle generalizado das organizações sindicais, populares e estudantis pelas direções submetidas ao capitalismo e ao poder da burguesia se levanta como uma muralha contra as necessidades mais vitais da população oprimida. As demissões em massa já vêm ocorrendo na indústria. As campanhas salariais são dispersas e abafadas. Os camponeses sem-terra recuaram em suas ações de ocupação de latifúndios. Os indígenas e camponeses padecem da violência da agroindústria e do latifúndio. Os estudantes estão amarrados à política privatista dos governos. A juventude pobre tem sido esmagada pela sociedade burguesa em decomposição.

Diante dos movimentos e manifestações que têm ocupado as ruas dos centros urbanos desde junho do ano passado, os governos não tiveram outra conduta senão a de lançar a tropa de choque, prender e processar manifestantes. As greves e ocupações rurais e urbanas têm sido tratadas com severidade judicial e policial. Os sindicatos que ousam fazer a greve imediatamente são enquadrados na lei antigreve, multados e sua vanguarda demitida. Os estudantes que ocupam as universidades são desalojados, presos e processados. Os sem-teto quase que diariamente são despejados e perseguidos. Os assassinatos no campo continuam a plena luz do dia. A burguesia e seu Estado policial temem um levante geral da população e não admitem que nenhum setor conquiste reivindicações pela via da ação direta.

Há, portanto, motivos suficientes para se organizar a luta unitária de operários, camponeses, indígenas e juventude oprimida. O problema está na ausência de uma direção política que encarne no seio das massas o programa da revolução socialista. Nenhuma força política travará consequentemente a luta pelas reivindicações mais elementares a não ser que encabece o movimento revolucionário pela destruição do capitalismo, pelo fim da exploração do trabalho e pela autodeterminação das nações oprimidas. Está aí por que temos em nossas mãos a tarefa de construir o partido operário revolucionário.

Observem como a esquerda eleitoral também faz promessas de solução de problemas tão vitais como a moradia, saúde, educação, terra, etc. Oferecem nas eleições a bandeira de um “governo dos trabalhadores”. Um “governo dos trabalhadores”, de fato, não se constituirá por meio de eleições. A bur-

guesia será arrancada do poder pela força das massas, pela revolução proletária. Está aí por que o Partido Operário Revolucionário luta sob a estratégia de um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado.

Nesta manifestação, “O dia dos excluídos”, é preciso denunciar a enorme campanha burguesa de arregimentação eleitoral. É preciso gritar bem alto: mais uma vez os exploradores recorrem à sua democracia de classe para enganar a população e submetê-la ao capitalismo. O governo que sairá das eleições – seja Dilma, Aécio ou Marina – representará apenas os interesses da burguesia.

Lembremos que Lula veio da classe operária, mas serviu de instrumento para um governo burguês. Marina saiu da pobreza para servir à política dos opressores do povo. Aécio, sim, nasceu no berço da burguesia. Dilma, que se bate pela reeleição, veio da pequena burguesia, passou pela luta armada contra a ditadura e se tornou uma marionete do grande capital. A classe capitalista brasileira em sua crise histórica foi obrigada a abrir a porta do Estado para um Lula, uma Dilma e agora abre para uma Marina. Conta para isso com os partidos e as forças sociais para que qualquer um deles cumpra a função de dominação, de garantia da manutenção da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida.

Qualquer que seja o candidato eleito vai atacar mais fundo as condições de vida dos explorados. A crise econômica recai sobre os empregos, os salários, as aposentadorias e as conquistas trabalhistas. É necessário defender com unhas e dentes a independência política da classe operária diante dos partidos da burguesia e do seu Estado. Defender a expulsão das burocracias sindicais traidoras e libertar as organizações sindicais, populares e estudantis. Rejeitar o eleitoralismo e denunciar as mentiras dos candidatos. Responder aos ataques dos capitalistas com uma plataforma de reivindicações que unifique todos os assalariados e oprimidos.

Em defesa da vida dos explorados

Pelo salário mínimo vital de R\$ 4.200,00. Escala móvel de reajuste diante da alta do custo de vida. Estabilidade no emprego diante das demissões. Escala móvel do trabalho para que todos tenham emprego. Fim das suspensões temporárias (layoff), dos PDVs, das contratações terceirizadas e de toda forma de flexibilização do trabalho. Efetivação imediata dos terceirizados.

Por um sistema estatal único de educação e saúde, sob o controle da classe operária e dos demais trabalhadores. Fim do sistema privado de educação e saúde. Acesso a todos à educação e à saúde.

Plano de moradia popular, sob o controle dos sem-teto. Expropriação dos imóveis utilizados para a especulação e para lazer. Nenhuma família sem habitação digna.

Estatização dos transportes públicos, sob o controle operário. Passe livre para desempregados e estudantes.

Revolução agrária

Terra aos camponeses. Expropriação sem indenização dos latifúndios. Nacionalização das terras. Implantação da produção social na agroindústria.

Direito à autodeterminação dos indígenas

Entrega de terras territoriais às nacionalidades indígenas. Fim da opressão estatal e latifundiária sobre os índios.

Independência nacional

Expropriação das multinacionais, do grande capital nacional associado e do capital financeiro. Estatização sob o controle operário.

Sindicato de metalúrgicos de São José dos Campos (SP) aceita o lay-off na GM

Depois de algumas negociações, a direção do sindicato fechou acordo com a GM e apresentou para os operários da fábrica a suspensão dos contratos até fevereiro de 2015. Em assembleia de todos os turnos, no dia 26 de agosto, os trabalhadores acataram a decisão. Segundo a direção da CSP-Conlutas, o acordo foi fechado porque agora prevê a estabilidade por mais 6 meses para os 930 trabalhadores escolhidos pela empresa.

Após demitir mais de mil operários desde 2012, a GM de São José agora apresenta nova proposta de lay-off e mais uma vez o sindicato a aceita. Lembremos que depois de lay-off de 2013, a GM demitiu centenas de operários. Mais uma vez, os salários dos trabalhadores suspensos serão pagos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e parte pela empresa. Na verdade, com a manutenção da redução do IPI, realizada esse ano com o governo do PT, a GM pode dizer que não pagará nada para manter os operários suspensos e mantê-los por mais 6 meses com “estabilidade”. Essa é uma política que beneficia apenas a empresa.

Postura criminosa da CSP-Conlutas: mais demissões à frente

Denunciamos já que a direção do Sindicato Metalúrgico de São José e Região iniciou a campanha salarial como se se tratasse de mais um ano qualquer. Não havia a defesa de readmissão dos demitidos ou a denúncia de que a GM pretendia continuar demitindo. A única bandeira ligada ao emprego era a defesa da “estabilidade no emprego”, mas desvinculada de qualquer medida prática. As negociações desenvolveram ao longo de agosto em várias fábricas com a reivindicação central de reajuste salarial. Nas montadoras de veículos, as negociações começam agora em setembro. A defesa dos empregos não aparece como condicionante das demais. Ela é apenas simbólica, não central.

Mesmo tendo se oposto ao lay-off inicialmente, a direção do SindMetal acabou por aceitá-lo. O presidente do sindicato, o Macapá, chegou a denunciar a perspectiva de novas demissões se o lay-off fosse aprovado e exigiu, como nos outros anos, um decreto feito pela presidente Dilma para garantir estabilidade no emprego para os trabalhadores da multinacional. As palavras do dirigente, contudo, proferidas no início das negociações, no final de julho, esvaziaram-se diante da aceitação do acordo e a sua defesa na assembleias no complexo da GM no final de agosto. O lay-off começará em 08 de setembro.

Direitos democráticos dos explorados

Revogação de todas as leis repressivas. Direito irrestrito de greve e manifestação. Desmantelamento da polícia militar. Constituição de uma milícia de autodefesa controlada pelas assembleias populares e sindicais.

Fim da opressão policial sobre a população pobre. Igualdade racial e sexual.

Autodefesa

Diante dos assassinatos, das prisões e dos processos judiciais, constituir os comitês de autodefesa. Formação de um Tribunal Popular que investigue e julgue as arbitrariedades e os crimes da burguesia.

No Jornal do Metalúrgico, nº 1087, cuja edição é distribuída entre 2 e 8 de setembro, o sindicato colocou apenas uma nota sobre o lay-off da GM e a “estabilidade” por seis meses. Além disso, fez uma chamada às outras centrais, que reproduzimos: *“As montadoras seguem demitindo e abusando do lay-off, enquanto as centrais sindicais CUT, Força Sindical e CTB nada fazem. Na prática, elas assistem de camarote aos ataques contra os trabalhadores. ‘O Sindicato e a CSP-Conlutas chamam essas centrais a romperem com os governos e irem à luta para defender os empregos dos trabalhadores’, afirma o diretor do Sindicato Valmir Mariano da Silva.”*

Para que serve esse chamado? Para disputa interburocrática. O mesmo sindicato que se apoia na defesa de que a presidenta Dilma intervenha junto a GM para impedir as demissões, solicita que os sindicalistas de outras centrais rompam com o governo. A ação da direção da CSP-Conlutas não serve sequer de denúncia já que não se opôs ao “abuso do lay-off” em sua área de atuação. Sequer esboçou uma resistência; tem assistido, não de camarote, mas também passivamente, as centenas de operários sendo demitidos pela multinacional. Trabalha com a mesma política de promessas vazias das demais centrais, não é à toa que essa edição do “Jornal do Metalúrgico” traga mais de uma página para falar da abertura da fábrica da Chery na região. Aliás, esse tipo de propaganda serve de consolo para a perspectiva aberta de demissão. Entretanto, como mesmo anunciou a imprensa, a maior parte dos 930 suspensos atualmente encontram-se entre os lesionados e os pré-aposentadoria, portanto, operários que, se demitidos, não serão recolocados em outras montadoras.

O mesmo jornal ainda, de apenas 4 páginas, reserva 1 página inteira para fazer críticas à candidata “Marina”. Vê-se logo que a direção sindical da CSP-Conlutas está focada no noticiário das eleições burguesas e, ao lado de festas, campeonatos, anúncios festivos de inauguração de fábrica, não pode aprofundar a crítica e a luta contra a crise no setor industrial.

Novas derrotas virão para o operariado com essas direções burocráticas, estejam elas à esquerda ou à direita, reivindicuem-se do governo ou não, pois todas elas acabam, sob diferentes formas, negociando os empregos e traindo a classe operária. Sem uma direção revolucionária, a crise econômica ainda ceifará milhares de empregos na indústria. A classe operária deve se preparar para a luta.

Depois de cem dias de greve, Zago/Alckmin reapresentam proposta de reajuste que mantém confisco nos salários e aumentam os ataques

É preciso responder com a unidade na luta e defesa da real autonomia universitária (assembleia geral universitária, governo tripartite)

No centésimo dia de greve nas estaduais paulistas, houve uma manifestação de rua que reuniu cerca de 2 mil pessoas na Avenida Paulista, que se dirigiu à sede do Conselho de Reitores (Cruesp), para pressionar em mais uma rodada de negociações. A importância dessa manifestação é que o movimento reconhece a necessidade de ir às ruas para pressionar o governo e ganhar apoio da população assalariada, no sentido de reunir força necessária para enfrentar o conjunto de ataques à universidade pública, desfechado por Zago/Alckmin. Por outro lado, concretiza a proposta dos reitores, encabeçados por Zago e a mando do governo, de reajuste salarial inferior à inflação.

O índice apresentado foi de 2,78% em setembro (pago em outubro) e mais 2,78% em dezembro (pago em janeiro), totalizando 5,2%, sem retroatividade em relação à data base (1º de maio). Em janeiro, provavelmente a inflação de maio/2013 a janeiro/2015 poderá chegar aos 10% e o reajuste será a metade disso, sem falar que o ZERO por cento continua nos meses de maio a agosto de 2014.

É bom lembrar que em junho o CRUESP já havia apresentado aos sindicatos a proposta de negociar em setembro um reajuste escalonado a partir de outubro. Ao contrário do que afirmam os dirigentes do DCE (PSol/PSTU), não se trata de nenhum avanço. Nem do que os setores da oposição (LER/MNN) chamam de insuficiente. Trata-se de um confisco salarial, que repete a proposta apresentada em junho e mantém o ZERO nos meses de maio a agosto. Além disso, é preciso considerar que a reitoria e o governo não estão em posição de recuo, mas de ataques ao movimento: basta ver a recente aprovação da desvinculação do hospital HRAC de Bauru da USP (passado à Secretaria da Saúde), e do Plano de Demissões Voluntárias (PDV), voltado a demitir até 3 mil funcionários, e promessa de desvinculação do H.U. do Butantã e da moradia estudantil, a serem passados à administração direta do governo.

Não existe, de fato, uma negociação da parte da reitoria/governo. E a justiça trabalhista, que foi apresentada como “favorável” ao movimento por ter mandado a USP cumprir a lei e pagar os salários cortados durante a greve (até agora não cumprido pela reitoria), rapidamente abdicou de sua proposta de reajuste de 7,4% para abraçar os 5,2% do Zago/Alckmin, com a diferença de torná-los retroativos a maio. Agora, portanto, a justiça trabalhista age abertamente para que os funcionários acatem o confisco salarial determinado pelo reitor/governo. E o fim da greve será o sinal verde para que Zago/Alckmin prossigam com seu conjunto de medidas privatistas, elitistas, racistas e de precarização da universidade.

O movimento dos três setores deve estabelecer a unidade real para combater o conjunto das medidas de desmonte da universidade, construindo a **assembleia geral universitária** para: a) apurar a situação real das contas, a corrupção e o favore-

cimento aos capitalistas feito pela casta burocrática; b) elaborar um orçamento que atenda às reivindicações dos trabalhadores e estudantes, a ser garantido pelo Estado sem ingerência sobre sua aplicação e acabando com toda privatização; c) destituir a burocracia corrupta e privatista e instalar o controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham: **um governo tripartite eleito diretamente por voto universal, mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária**. E colocando em prática a lição dos grandes movimentos de junho de 2013, ocupando as ruas e avenidas, buscando apoio da população assalariada para impor as reivindicações.

A greve de fato não foi unificada

A ação abertamente repressiva de Zago/Alckmin sobre os piquetes, trancaços e manifestações de trabalhadores e estudantes da USP desde o início de agosto recolocou a discussão da necessidade de um movimento unificado dos três setores da universidade, em lugar da passiva greve de apoio estudantil. O sindicato dos funcionários (Sintusp) convocou abertamente os estudantes a saírem do apoio passivo e a construir um movimento conjunto. A direção do DCE (PSol/PSTU), que tinha rompido com as assembleias, voltou a elas (só com alguns representantes, é verdade, a maioria está de corpo e alma empenhada no eleitoralismo e na caça aos votos). O sindicato dos professores passou a fazer uma campanha que afirmava que não era só pelo reajuste salarial, mas pela defesa da universidade pública, em referência aos ataques de conjunto de Zago/Alckmin. Apesar desses discursos, a prática manteve a separação dos movimentos e a política de apoio estudantil passivo, o que se pode verificar nas votações de propostas concretas.

Professores debatem unidade com estudantes

A assembleia docente de 22/08 discutiu a proposta estudantil de **assembleia geral universitária**, apresentada pelo POR na assembleia e no comando estudantil e encaminhada aos professores e funcionários por meio de uma carta aberta. Embora a direção se recusasse discutir a questão, a base tomou a defesa dos argumentos da carta e defendeu que aprovasse uma plenária não deliberativa unificada. Até mesmo essa proposta foi recusada pela direção. Mas a assembleia a impôs numa votação apertada, por 5 votos de diferença. A direção não a encaminhou. A sabotagem às medidas de unificação e ampliação do movimento mostrou que o limite da luta era imposto pela sua direção.

Na assembleia estudantil seguinte, formou-se novamente a frente que defendeu a greve de apoio estudantil em 21 de maio (PT/PSol/PSTU/MNN/LER) para opor-se a que se fizesse uma campanha junto a professores pela convocação da assembleia geral universitária. Concretamente, manifestava-se novamente

Novos ataques da reitoria/governo concretizam o plano geral privatista e de precarização

Logo que assumiu a reitoria, Zago anunciou a necessidade de realizar cortes de gastos com bolsas e permanência estudantil, demissão de terceirizados, congelamento salarial e de contratações. A direção do DCE convidou o reitor para falar aos estudantes ingressantes na recepção dos calouros. Montou-lhe, assim, um palanque. A Corrente Proletária rechaçou essa posição conciliadora e fez uma campanha por uma assembleia geral estudantil que respondesse aos ataques anunciados pela reitoria, e às demais medidas: a não aplicação das cotas e o sucateamento/divisão da EACH. E para retomar o movimento do ano de 2013, que chegou a aprovar a necessidade do *governo tripartite* para gerir a universidade no lugar da casta burocrática corrupta e privatista. A direção do DCE se recusou. E sabotou as iniciativas tomadas por centros acadêmicos da FFLCH, que organizaram assembleia de unidade e convocaram os demais cursos a se unirem numa campanha contra as medidas de Zago/Alckmin.

Quando veio a data das negociações salariais, em meio a uma ascensão grevista, os funcionários e os professores de base se colocaram pela greve contra o congelamento salarial. A direção do DCE chamou uma assembleia estudantil, mas só para aprovar uma greve de apoio às pautas de funcionários e professores. Numa frente com a maioria das demais correntes de oposição, derrotaram a Corrente Proletária e independentes na assembleia, quando esta defendeu a necessidade de um movimento de fato unificado: pauta, comando, negociação, ações de rua, tudo discutido e decidido conjuntamente, a partir da assembleia geral universitária, que deveria julgar e punir a burocracia e lutar pelo poder de decisão sobre o orçamento e por um governo tripartite.

A greve começou e os estudantes viram que os professores não iriam dar aulas, embora muitos deles mantivessem cursos via internet. As unidades se esvaziaram. As assembleias estudantis de curso se reduziram. Os funcionários se mobilizavam em seus piquetes e trançaços, mas os estudantes não respondiam massivamente. Apenas a vanguarda assumiu a greve.

A reitoria e o governo jogaram com o desgaste. Isolada, a greve teve de resistir à intransigência dos reitores/governo. Mas essa intransigência não conseguiu vencer a greve pelo cansaço. Foi então que veio a ofensiva repressiva.

Ao mesmo tempo, reitor/governo anunciaram novos ataques. A desvinculação dos hospitais e da permanência estudantil, o Plano de Demissões Voluntárias se armaram ao mesmo tempo em que se cortava o ponto e se intensificava a repressão aos piquetes. Por fim, reitor/governo recorreram à justiça trabalhista pela ilegalidade da greve.

Justiça sempre faz o jogo do patrão

Ao recorrer à Justiça, o reitor/governo se depararam com o fato de negar qualquer reajuste quando a inflação está próxima a 6,5% e quando outros setores dos trabalhadores têm conseguido pelo menos a reposição. O juiz necessitava de uma proposta qualquer para tornar a greve ilegal. A posição do juiz de que houvesse o dissídio significava dar-lhe a possibilidade

de atender aos interesses do governo e da burocracia acadêmica contra os trabalhadores. Por isso, desde sempre, a Corrente Proletária chamou a não confiar na justiça como meio de atendimento das reivindicações. Confiar nas próprias forças, impor as reivindicações pela mobilização, explicando que esse é a via segura aos trabalhadores e estudantes.

O caminho é a assembleia geral universitária e as ruas

Diante da possibilidade do fim da greve dos professores, que avaliam os 5,2% parcelados até janeiro como um avanço, a tendência é o fim da greve nos estudantes e funcionários. Mas o fim da greve não se dá com a derrota do plano de ataques de Zago/Alckmin, ao contrário, esse plano está em andamento.

Comprova-se a necessidade da organização de uma luta conjunta contra o plano de desmonte de Zago/Alckmin. Os que admitem essa necessidade formalmente ainda se contrapõem à convocação da *assembleia geral universitária e luta pelo governo tripartite*.

O curso do movimento mostrou aos estudantes e trabalhadores essa necessidade, mas ela ainda não conseguiu ultrapassar o obstáculo das correntes, que atuam em maior ou menor grau pela chamada democratização da universidade, ou seja, pela preservação do poder da casta burocrática, reformando-o sem alterar sua essência antidemocrática.

As contradições entre as necessidades de estudantes e trabalhadores e o avanço da crise capitalista, que obriga governos e burguesia a atacarem violentamente as condições de vida das massas e os direitos, empurrará o conflito para o ponto em que se colocará a questão do poder na universidade, e a assembleia geral universitária e governo tripartite brotarão da luta radical de estudantes e trabalhadores, quando o movimento da juventude se ligar à luta da classe operária contra o inimigo comum, os capitalistas e seus governos.

Direção do DCE é questionada pelo corpo mole na greve

As correntes que dirigem o DCE (PSol/PSTU) têm feito pouco ou nada pela vitória da greve nas universidades. A militância pode ser encontrada pelas ruas da cidade distribuindo material de campanha eleitoral. O site do DCE convoca um debate entre os presidenciáveis, mas não a assembleia estudantil e as atividades da greve. Concretamente, se percebe que a dedicação à disputa eleitoral enfraquece a participação no movimento. De 533 diretores eleitos para a gestão, algumas poucas dezenas comparecem às assembleias, menos ainda às demais atividades da greve.

O eleitoralismo se mostra claramente a uma parcela da juventude que rechaça essa atitude negligente e aparelhista. Para superá-la, é necessário construir o partido revolucionário, que tem como estratégia a ditadura do proletariado, como tática a ação direta das massas, e que tem na intervenção eleitoral uma tática secundária e subordinada à denúncia do engano eleitoral, à ação direta e à defesa do programa revolucionário.

O essencial das lições da greve

Uma das maiores, mais antigas e mais conceituadas universidades do país, a USP, se mostra falida financeiramente. Os estudantes, professores e funcionários nunca souberam que a

instituição caminhava para o precipício. Nunca influenciaram em sua administração. Os quadros da burocracia universitária, manejados por um reitor, sempre fizeram o que bem entenderam. Os desvios e os desperdícios de recursos fazem parte da situação deplorável a que chegou a USP. Os estudantes, professores e funcionários o máximo que fizeram foram servir de base social para a burocracia universitária e para a eleição formal do reitor. A fraude democrática é uma boa máscara para os desmandos da burocracia.

O governo do estado, por sua vez, é responsável por alimentar a burocracia venal. Seu objetivo é o de restringir a capacidade orçamentária da USP e empurrá-la para a privatização. A greve dos professores e funcionários pelo salário, na realidade, tem estado na ponta de um iceberg. No entanto, suas direções têm feito o impossível para não revelá-lo às massas.

HC da UFPR é privatizado com uso da tropa de choque e votos via celular

No dia 28/08 o Conselho Universitário da UFPR entregou o Hospital de Clínicas para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Criada inicialmente como MP 520, no apagar das luzes do governo Lula, a Ebserh foi efetivada com a lei 12.550, de dezembro de 2011. Mais de dois anos depois, dos 47 HUs federais, 23 assinaram contrato com a empresa.

A Ebserh ataca os estudantes, que perdem campos de estágio e vêem o hospital escola ser desvirtuado por interesses mercadológicos, os funcionários que perdem direitos e os usuários do SUS, com a possibilidade da dupla porta de entrada onde tem prioridade quem pode pagar.

O Conselho Universitário da UFPR havia rejeitado a adesão à empresa, em 2012. A Comunidade universitária protagonizou várias lutas contra novas tentativas e também pela efetivação dos terceirizados do HC. Dilma chantageou a universidade explicitamente, dizia que havia verbas mas só repassaria com a adesão, estrangulando o hospital.

A burocracia universitária pisoteou qualquer resquício de autonomia. Na véspera da reunião foi expedida uma liminar que ameaçava o sindicato dos trabalhadores com uma multa de R\$ 100 mil caso, caso a reunião do conselho fosse impedida. A comunidade manteve a mobilização. A reitoria chamou a tropa de choque que garantiu a reunião a base de bala de borracha e gás lacrimogêneo. A reunião não atingiu o quórum, pois a reitoria colocou num ônibus escoltado apenas os conselheiros favoráveis à empresa. A votação, mesmo assim ocorreu via celular viva-voz, atingindo 31 votos favoráveis à privatização e 9 contrários. O estudante Nicolas Pacheco, que participava do ato, foi detido dentro da reitoria.

Em vez do plebiscito e dos recursos judiciais é urgente que a comunidade convoque a assembleia geral universitária, de estudantes, professores e funcionários, para intensificar a luta pela anulação do ato ilegal e antiautonomista. A luta contra a EBSEH é parte da luta contra a privatização da saúde e educação, com a defesa de expropriação dos sistemas privados e criação de sistemas únicos, públicos e gratuitos sob controle operário (no caso da saúde) e dos que estudam e trabalham (no caso da educação). A burocracia universitária privatista deve ser derrubada e substituída pelo co-governo de estudantes, professores e funcionários, com base na assembleia geral universitária, com mandatos revogáveis e voto universal.

Ocultam o essencial da falência da USP, que é a sua condução para o beco sem saída da educação privada.

A Corrente Proletária/POR assinalou que os estudantes deviam por-se à frente dessa luta e colocar a reivindicação salarial como parte da luta pela recuperação da universidade por meio da expulsão da burocracia, do controle coletivo, da assembleia universitária e do governo tripartite. Insistiu que a questão salarial não poderia ter um fim em si mesmo.

A greve ultrapassou 100 dias e está chegando ao seu fim. O reajuste miserável em nada modificará o fundamental que é a decomposição da USP.

Com esse balanço, o POR convoca a vanguarda a constituir uma oposição revolucionária ao DCE. Oposição essa que deve lutar pelo programa proletário de defesa da real autonomia universitária.

Ebserh no país

A cada dia que passa, fica mais difícil aprovar a Ebserh em novas universidades, pois as promessas da gestão privada já estão caindo uma a uma. Os primeiros contratados pela Ebserh já protagonizaram uma greve, no Distrito Federal, por conta do não cumprimento do PCCS prometido pelo governo. Ao mesmo tempo, servidores de HUs no Maranhão, Minas Gerais e Piauí também paralisaram suas atividades denunciando que a empresa não reajusta o salário de acordo com a inflação, denunciam perseguições e extrema precariedade no trabalho.

A Ebserh não traz recursos novos para os HUS, a fonte continua sendo o fundo público composto por recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde e pelos convênios com estado e prefeitura. O destino dos recursos, porém já está sendo alterado. Para capacitar (via especialização à distância) 100 funcionários de 10 HUs ligados à Ebserh foram repassados ao Sírío-Libanês R\$ 10 milhões na 1ª etapa. Além disso, como “prêmio” aos gestores que colaboraram com a privatização, os diretores dos HUs contratados farão uma “viagem técnica” para 10 países da Europa com gastos previstos de aproximadamente R\$2 milhões.

Além das greves descritas acima, no HU da UFPI, em fevereiro, os médicos paralisaram seus serviços denunciando a falta de funcionamento pleno do local, o não cumprimento de leis trabalhistas e reivindicando melhores condições de trabalho. O hospital deveria realizar cirurgias de alta complexidade, mas atualmente só consegue realizar exames ambulatoriais e consultas. Falta trabalho, por falta de estrutura, enquanto os pacientes esperam nas filas e corredores para ser atendidos. Uma auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS a pedido do Ministério Público Federal apontou o descalabro da gestão da Ebserh, em que os atendimentos realizados correspondiam a apenas 1,64% do valor repassado pelo SUS. Já no HU de Brasília, médicos reclamam o desmonte de serviços de referência para a população por parte da Empresa, e suas remoções para outras áreas.

Violação da autonomia de democracia universitárias

São inúmeras as denúncias de pressões do governo federal, chantagens e cooptação envolvendo a adesão das universidades à empresa. Na UFMT, o Conselho aprovou a realização de um plebiscito e o reitor assinou monocraticamente, na UFJF a empresa foi rejeitada em plebiscito e houve retaliação com corte de recursos, fazendo com que

a adesão fosse feita com a “faca no pescoço”. Em várias universidades, como a UFMA e a UFPB a adesão foi feita a portas fechadas sem participação de todos os conselheiros. Na UFRN houve agressão a sindicalistas. São inúmeros os relatos de golpes, sendo um dos mais torpes o praticado pelo reitor Edilson Amorim, da UFCG que desrespeitou a decisão do Colegiado Pleno, de 29/10/2012, que rejeitou por 36 a 4 a adesão e mesmo assim, no dia 26/03/2014 assinou monocraticamente um documento entregando HUs a essa empresa de direito privado.

Os documentos emitidos pela Ebserh já chamam os hospitais de “filiais da Ebserh”, há flagrante perda da autonomia, até mesmo aquela garantida constitucionalmente. Na prática, a gerência da Empresa, com poderes amplos para firmar contratos, convênios, contratar pessoal técnico, definir processos administrativos internos e definir metas de gestão, acabaria com a vinculação dos HUs às Universidades. Os HUs se restringiriam a prestar serviços de assistência à saúde, conforme pactos e metas de contratualização.

Avança a privatização da saúde: alvo da vez é a saúde indígena

O PT demonstra em sua política para a saúde o quanto está subordinado aos interesses das corporações internacionais que avançam sobre o SUS e o mercado de planos de saúde no país. Segundo dados do Tribunal de Contas da União, nos primeiros 30 meses do governo de Dilma, houve o fechamento de 11.576 leitos na rede pública e abertura de 8.349 vagas no setor privado. Por isso, foram desativados 12 leitos públicos e abertos 9 leitos privados. É o processo de mercantilização que está por trás das notícias de mortes por falta de atendimento, longas filas e vida de pobres abreviada por falta de atendimento adequado.

Junto com a queda de braço com as universidades, para enfiar goela abaixo a EBSEH, o governo federal promove mais um ataque às comunidades indígenas. Tenta criar o Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI). Em consultas fajutas, o governo tenta forjar o consentimento das comunidades.

Há quatro anos, foi criada a Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) para se substituir a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que promovia a terceirização e a privatização da saúde indígena.

Assim como no caso da EBSEH, com o pretexto de acabar com o problema da terceirização, o governo federal a legaliza, transferindo a gestão para um ente de direito privado. O “modelo” seria a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, que tem sido denunciada pela terceirização, privatização e desperdício de recursos.

No Conselho Deliberativo da Empresa, três dos treze membros seriam representantes das organizações indígenas, não cumprindo nem a paridade do “controle social” do SUS.

Não são medidas isoladas

A privatização da saúde indígena e dos Hospitais Universitários é parte da política mais geral de mercantilização e desnacionalização do setor. É inerente ao capitalismo a necessidade de criar novos campos – ainda não explorados ou ocupados – para a valorização do capital. Os países imperialistas forçam via Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e governos a abertura de áreas de livre comércio e acordos comerciais para a indústria dos seguros-saúde, farmacêutica e médico-hospitalar. Com a crise econômica mundial, por sua vez, avança a destruição dos serviços sociais e a transformação de parte deles em mercadoria, justamente a parte que pode servir para valorizar o capital. A mercantilização da saúde é parte deste contexto. Como mercadoria, a

Onde os HUs são geridos pela lógica privada e se institui a dupla porta de entrada, pacientes de convênios além de ficarem em quartos diferenciados não passam pelas mãos dos estudantes, que precisam deste processo para formarem-se como profissionais de saúde. Além disso, as metas de atendimento pressupõem mais números em menor tempo, o que é incompatível com a natureza de um hospital escola. No Hospital das Clínicas de Porto Alegre (apresentado pelo Governo Federal como modelo para implantação da EBSEH) que tem dupla porta de entrada, 30% dos seus leitos são ocupados por planos privados de saúde.

Para derrotarmos de vez a Ebserh não podemos esperar passivamente os resultados judiciais, a ADI contra as Organizações Sociais (outra modalidade de privatização) tramita há 16 anos, e enquanto isso a privatização já se espalhou pelos estados e municípios do país. É fundamental que nos mantenhamos organizados e mobilizados, que continuemos utilizando os métodos de ação direta da maioria da população em defesa dos interesses da maioria.

saúde é impactada pelas tendências concentracionistas.

Governo Federal, estados e municípios (conduzidos pelos mais diversos partidos) lançam medidas que aprofundam a privatização da Saúde. Com incentivos aos planos privados na forma de isenções fiscais, subsídios para a expansão do mercado e linhas de crédito. Grandes grupos do mercado dos planos de saúde (Bradesco, Qualicorp e Amil/United Health) ditam a política do governo de Dilma Roussef, voltada à desnacionalização do setor.

O foco da expansão dos planos privados é o público de baixa renda. O número de usuários de planos de saúde passou de 34,5 milhões, em 2000, para 49 milhões, em 2013. Se forem contados os planos odontológicos, o número sobe para 71 milhões de usuários. O Brasil é o 2º mercado mundial de seguros privados. O negócio é altamente lucrativo. Só em 2009, as seguradoras faturaram R\$63 bilhões.

O pagamento de um plano, porém, não garante atendimento adequado, há dificuldades em marcar consultas, alta rotatividade dos médicos, exames e cirurgias não credenciados, preços exorbitantes, etc. É comum também a seleção de riscos, com a expulsão dos doentes crônicos da cobertura dos planos. As punições da Agência Nacional da Saúde são seletivas, atingem as empresas menores, não cartelizadas na Federação Nacional de Saúde Suplementar (FENASAÚDE), impondo restrições que favorecem futuras aquisições por parte dos grupos mais fortes, vinculados ao capital internacional.

A ANS foi criada em 2000, para regular sistema privado. No início de 2014, o governo indicou o próprio presidente da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS) para presidir a agência reguladora. Revela-se que, no capitalismo, a propriedade privada é sagrada. A regulação por parte do Estado é ilusória, pois o próprio Estado representa os interesses das frações da burguesia. Nem mesmo como fachada se mantém uma separação entre público e privado.

Este quadro soma-se às medidas privatistas ocultas sob o discurso da modernização da gestão: Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs), Parcerias Público-Privada (PPPs) e agora a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH).

Resposta proletária

A defesa da saúde pública para ser consequente se choca com as

multinacionais e os grupos monopolistas. Terá de derrotar a política privatista do governo e a colaboração das burocracias sindicais. É necessário defender a estatização sem indenização do sistema privado e constituição de um Sistema Único de Saúde público, gratuito e sob o controle dos trabalhadores. Diante da terceirização, defendemos a efetivação destes trabalhadores sem concurso, garantindo a equiparação de direitos. Mais do que isso, é preciso combater o desemprego

Rondônia

Sem luta em Rondônia, problemas se acumulam e sindicato demonstra mais uma vez seu papel traidor

No dia 26 de agosto, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia – Sintero, realizou uma assembleia dos trabalhadores estaduais da educação em Porto Velho. A assembleia foi exclusivamente para dar informes sobre a pauta das reivindicações que se arrasta por muito tempo e servir de palanque para alguns candidatos às eleições fazerem sua campanha. Em nenhum momento foi destacada a necessidade de enfrentamento com o governo através da ação direta. O presidente do sindicato reafirmou que as assembleias continuarão em todas as regionais do estado (já ocorreram nas principais cidades).

Parte da pauta discute os direitos adquiridos pelos trabalhadores e que sistematicamente os governos deixam de respeitar, como progressões, transposição, licença prêmio e os precatórios que o governo vem embromando para não pagar. A burocracia faz a conciliação por meio de reuniões intermináveis e quebra a resistência da categoria. O discurso de que através do diálogo os trabalhadores em educação vêm obtendo “algumas” conquistas, ou seja, migalhas, revela a política imobilista e pelega da direção.

No movimento grevista de 2013, as manobras dos burocratas quebraram a greve que tinha tudo para ser fortalecida em unidade com os municipais, que ficaram 50 dias resistindo às pressões do prefeito Mário Nassif/PSB. Foi uma greve importante por ter sido deflagrada contra a vontade da direção traidora.

As assembleias devem servir para organizar a luta, discutir e deliberar sobre as reivindicações mais sentidas, ligadas aos salários e aos empregos, e para demonstrar a força coletiva da classe. O fato de termos um sindicato que reúne todos os trabalhadores da educação é uma vantagem que deve ser utilizada não para a burocracia participar do circo eleitoral burguês mas para mobilizar e organizar a greve geral do magistério no Estado, meio pelo qual será possível conquistar as reivindicações.

Cadê o congresso que estava previsto para acontecer este ano?

Não bastassem as assembleias do “bla-bla-bla”, a direção pelega ainda adiou o congresso, que estava marcado para setembro. Adiou para o mês de janeiro sob o pretexto de ter gastado muito na construção da sede administrativa. De fato, é uma sede luxuosa. Mas a quem serve esse sede? Apenas para os burocratas que buscam ludibriar a base com supostas conquistas mirabolantes, sem luta. O certo é que, à custa das contribuições da base, os burocratas aumentaram o patrimônio da entidade: com sede social, com piscinas, com alojamentos. Mas todo esse patrimônio, que aliás é “alugado” para festas e eventos, não está a serviço da luta e da mobilização dos trabalhadores.

Diante dos gastos, pode-se perguntar: onde está o fundo de greve? Não existe. A burocracia não se apoia nas greves e na ação direta, mas sim nas negociações de bastidores, na chamada “legalidade”, na pressão parlamentar. No entanto, conhecemos o resultado dessa política: anos, dezenas deles se passam, sem que se resolvam problemas e

com a Escala Móvel das Horas de trabalho.

Não há como reformar gradativamente o sistema de saúde no interior do capitalismo em decomposição. As reivindicações quanto ao direito à saúde estão ligadas à tarefa histórica de destruir a sociedade de classe, transformando a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social (coletiva), por isso são reivindicações transitórias que levam à luta pelo socialismo.

se arranquem reivindicações mínimas. Com os problemas constantes, o sindicato serve de palanque para a política burguesa. Dilma esteve no estado e fez teatro assinando um documento de compromisso com a transposição. Inúmeros servidores não se aposentaram e outros já faleceram na espera de serem transpostos para o quadro federal e melhorarem as condições de vida de suas famílias.

O Congresso do sindicato ocorreria em um momento privilegiado, pois poderia servir de canal para todo descontentamento da classe com a situação da educação, com os gastos bilionários dos governos e com a farsa das eleições. Mas o que fizeram os burocratas? Adiaram para o próximo ano, sem consultar a base, apenas avisaram da mudança já decidida por eles. Aliás, não é só congresso que espera uma data, mas as próximas eleições da diretoria do sindicato. Com um autoritarismo crescente, com o fechamento das portas do sindicato para as bases, com os gastos para manter a diretoria, não há luta e não há defesa das reivindicações. Assim se mantém a burocracia corrupta.

Cada vez mais precarizada a rede municipal de Porto Velho

A prefeitura do município de Porto Velho desde a gestão petista de Roberto Sobrinho aplica a modalidade de horas extras para professores e demais profissionais efetivos que precisam complementar o mísero salário. Os trabalhadores da educação desempregados também buscam espaço como trabalhadores precarizados, entrando na modalidade de contrato temporário. Vê-se que efetivos e contratados sofrem com a superexploração, mas como o sindicato aceitou essa manobra da prefeitura a partir de Sobrinho/PT, a prática das horas extras e dos contratos temporários tem se fortalecido e aparece como “natural” e até “benéfica” para os próprios trabalhadores. Ou seja, a precarização e exploração do trabalho são aceitas pelo sindicato como uma forma de “combater” os baixos salários e o desemprego. Até que ponto chega a burocracia corrompida, que não defende os salários e o emprego!

Entretanto, a situação só tem piorado, pois agora o atual prefeito, Nassif, desde junho vem surrupiando as migalhas colocadas como horas extras, não pagando integralmente essas horas. Em junho, usou a estratégia de pagar só 50%. Já em julho, ele simplesmente não pagou e fechado o mês de agosto não houve também pagamento, principalmente aos professores.

Diante desse novo ataque, a burocracia do sindicato sequer se mobilizou ou chamou assembleia para denunciar e organizar uma campanha contra a ação da prefeitura. Deve estar esperando marcar “reuniões” com a secretaria de educação do município. Essa situação não pode ser mais tolerada, os trabalhadores em educação devem se organizar para exigir o fim dos contratos precarizados, o aumento real dos salários por meio do Salário Mínimo Vital e o fim das horas extras, meio de superexploração. A organização da base é fundamental para vencer os governos e derrotar a burocracia traidora do sindicato.

Nesta edição:

- Bolívia: Liberdade aos suboficiais presos no Estado Maior
- A luta pela Autonomia Universitária na Bolívia
- Argentina: A classe operária deve intervir na crise com sua própria política
- Sobre o sionismo e antisemitismo
- A guerra civil na Ucrânia reflete o recrudescimento da crise mundial do capitalismo

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

Liberdade aos suboficiais presos no Estado Maior

Não há democracia na Bolívia. O suboficial Mayta foi sequestrado dentro do canal de televisão Unitel de La Paz, por membros da “inteligência” das Forças Armadas. É a brutal resposta do alto comando militar à greve de fome de mães e familiares de suboficiais presos no Estado Maior por reivindicar simplesmente direitos humanos diante dos generais gorilas.

Candidatos e governo não se atrevem a dizer nada.

As Forças Armadas da Bolívia se encontram em uma profunda crise. Criadas pelo governo do MNR, instruídas e financiadas pelo imperialismo ianque, depois da revolução de 1952, como resposta ao perigo das massas que liquidaram o Exército da feudal burguesia, careceu de uma doutrina militar própria, que lhe dê grandes “objetivos” nacionais. Caracterizou-se por ser um exército “colonial” – para utilizar a terminologia indigenista – que se refere à opressão branca sobre as nações indígenas, que defende com as armas os interesses do imperialismo e da burguesia entreguista boliviana, diante das massas desarmadas que pedem mais pão ou direitos. Prova de que os “generais” são parte do imperialismo, senhor do país, é que podem ocupar a cadeira presidencial por ordem dos gringos, quando os politiqueiros entreguistas, como Evo, já não lhes servem. A democracia na Bolívia é uma caricatura onde os generais podem ordenar sequestros a plena luz do dia sem dar explicações a ninguém, ou melhor, sem que nenhum “candidato” ou “autoridade” se atreva a pedi-las. Neste país tão pobre, a luta de classes penetrou fundo em suas fileiras, os privilégios dos generais entreguistas não chegam à sua tropa, a qual submetem a uma despótica disciplina, exigindo-lhes que matem e morram por interesses alheios à sua pátria, tratando-os com grande desprezo. A disciplina do Exército se desmoronou devido a isso e não somente pelos “agitadores” como crê o Alto

Comando. A oficialidade de baixa graduação vive nas mesmas condições de miséria e opressão nacional da maioria oprimida do país. Sua revolta é expressão particular da rebelião das massas contra a discriminação, o abuso e a miséria. Nela está latente a possibilidade de que a tropa e a oficialidade de baixa graduação e a oficialidade jovem seja ganha para a luta revolucionária por uma nova sociedade para libertar-nos da opressão do imperialismo e de seus lacaios do palácio. As Forças Armadas “colonialistas” devem desaparecer, o que significa que um novo Exército nascerá da revolução social, que acabará com a opressão que sofre a tropa por parte dos generais e que o coloque a serviço das massas bolivianas.

Não há democracia na Bolívia, as eleições são uma farsa, por isso, há que votar nulo.

A tropa militar e policial tem o direito de se sindicalizar!

Somente os larápios e ladrões ganham com as eleições!

Expulsar os burocratas masistas da COB, federações e confederações, organizar a luta a partir das bases nas assembleias e comitês de greve!

Viva as Teses de Pulacayo e a independência sindical!

Por um aumento de 100% e um salário mínimo vital com escala móvel!

Viva a autodeterminação das nações oprimidas!

Derrotar a burguesia antinacional e expulsar as multinacionais!

Com o Partido Operário Revolucionário ao socialismo!

O Manifesto foi publicado no Boletim A Perfurador, nº 16, da regional do POR de Huanuni

Por que votar nulo?

Porque conhecemos a totalidade dos candidatos: um bando da velha direita de Doria Medina (UN), Tuto Quiroga (PDC) e Juan del Granada (MSN), que já governaram o país demonstrando ser títeres do imperialismo, entreguistas e corruptos ao extremo. Por outro lado, a nova direita de Evo Morales (MAS), que se disfarça como representante do povo explorado com um discurso falsamente “socialista”, convertido em um novo representante dos empresários, banqueiros, importadores, latifundiários e empresas multinacionais que nesta “década dou-

rada e de bonança” do governo do MAS, materializou substanciais e milionários negócios convertendo em consideráveis fortunas. É por isso que agora, para os burgueses “Káras” de colarinho branco e gravata do ocidente, do oriente e do imperialismo forâneo, Evo se converteu em seu “irmão” e um aliado incondicional, financiando sua campanha e apostando na sua reeleição para continuar roubalheira por mais cinco anos.

Portanto, nós mineiros não esperamos nada de bom dessas eleições presidenciais de outubro e da “democracia” burguesa-

sa. Qualquer desses representantes do capitalismo que chegar à cadeira presidencial, como já tem manifestado, continuará com as políticas antinacionais de entrega de nossos recursos naturais (gás, petróleo e minerais) em favor dos investidores estrangeiros e nativos; como também com as políticas antiope-
rárias de destruição das conquistas trabalhistas, de demissões e de rebaixamento dos níveis salariais; e o mais grave para os mineiros: de sucateamento e destruição da mineradora estatizada, da COMIBOL, avançando para a mineração privada e cooperativada.

Ao votar nulo, nós trabalhadores dizemos ao novo governo burguês que o movimento operário boliviano e o conjunto dos explorados não lhe deram seu apoio, nem lhe serviu de escada. Ainda mais, com nosso “voto nulo” reafirmamos nossa decisão de continuar lutando pela defesa dos interesses imediatos e históricos dos explorados. Firme e combativa posição revolucionária que servirá a nós mineiros para dar o exemplo ao conjunto da nação oprimida, mantendo intacta nossa condição de vanguarda diante das imediatas lutas nacionais que virão.

Ao votar nulo, nós mineiros defendemos nossa “independência política e sindical classista”, reafirmando nossa política revolucionária proletária e seus objetivos históricos: a luta pela imediata nacionalização sem indenização de toda a mineração multinacional e cooperativada e de todos os poços de gás e de petróleo, hoje em mãos dos estrangeiros, expulsão de todas as multinacionais do solo boliviano, inclusive de seus capachos nativos, sem nenhuma indenização. Reafirmamos nossa luta pela tomada poder pelos operários como direção da nação oprimida (Governo Operário-Camponês), que se sepultará o bárbaro sistema capitalista para erguer uma sociedade socialista na Bolívia e no mundo inteiro, tal como ensina a bíblia dos mineiros: as Teses de Pulacayo de 1946.

Independência política dos mineiros diante do circo eleitoral dos burgueses

Por décadas, nós mineiros temos nossa própria política revolucionária, nossos próprios métodos de luta e nossa própria estratégia final: a construção de uma nova sociedade sem explorados e sem exploradores.

(Extraído do Jornal Massas nº 2.370, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

A luta pela Autonomia Universitária na Bolívia

O documento aprovado no XII Congresso Nacional da URUS (União Revolucionária de Universitários Socialistas), órgão do POR boliviano, em 30 de agosto, representa mais um passo na luta contra o caráter de classe da Universidade, assimilação da experiência histórica em torno da luta pela Autonomia Universitária e pelo co-governo e a retomada das formulações da Revolução Universitária de 1970. Além disso, o documento expressa uma análise e uma elaboração em torno dos problemas da contrarreforma burguesa levada a cabo pelo MAS e um balanço das mobilizações estudantis que se levantaram em oposição à destruição do ensino público e ao autoritarismo cada vez maior dentro das universidades.

O documento analisa como o surgimento e desenvolvimento das universidades no país esteve condicionado pelas forças produtivas nacionais e internacionais. Do século XVII aos dias de hoje, a universidade nunca foi um centro irradiador de cultura e conhecimentos livres, porque nasceu tardiamente e sem o impulso das forças produtivas mais modernas. Por se tratar de um país atrasado, exportador de produtos agrícolas e minerais, não viu até o século XX nenhuma mudança significativa em seu ensino superior, voltado unicamente a formar quadros para disciplinar a força de trabalho. No início do século XX, os setores mais avançados do pensamento liberal burguês propõem mudanças na universidade, o que ficará conhecido como movimento pela Reforma Universitária. Em 1928, aparece o primeiro programa de reforma e, em 1930, por força dos militares, atinge-se uma forma de Autonomia Universitária, deslocando ao menos a influência predominante da Igreja. O objetivo desses primeiros programas e iniciativas foi adequar a universidade ao nascimento da burguesia nativa, exportadora sobretudo dos produtos oriundos das minas. Mas o desenvolvimento de uma universidade científica, voltada a transformar a realidade miserável do país não passou de intenção.

O documento qualifica a atual etapa de transformações na universidade de contrarreforma, já que é uma versão da reforma universitária adequada à fase avançada de degeneração do capitalismo, que obriga a tornar a universidade e o ensino mercadorias. O governo MAS, de Evo Morales, apenas aprofunda a contrarreforma burguesa, por meio de leis que avançam a coexistência do ensino privado com o ensino público e destroem o que resta de ensino científico nos currículos (Lei Siñani-Perez). As medidas de regulamentação das universidades privadas, ordená-las e reconhecê-las plenamente, bem como a adoção de planos pedagógicos a partir da “cosmovisão indígena” indicam o grau de ataque ao ensino público superior no país.

A Reforma Universitária, apresentada em 1928, embora limitada pelas direções que a defendiam, colocava o problema da unidade dos estudantes com o proletariado e a defesa da autonomia universitária. Mas é apenas em 1938 que se colocam as linhas gerais da luta universitária no plano revolucionário, quando a 4ª Conferência da FUB aponta que o problema da universidade se resolverá nos marcos da luta de classes e na luta pela revolução social, dirigida pelo proletariado, que resolverá as tarefas democráticas. A experiência de 1970 e 1971, com a Revolução Universitária, mostrou o real caminho que assumirá o co-governo, trincheira de luta da juventude pelo socialismo. Meio, portanto, auxiliar da luta revolucionária e não um fim em si mesmo.

Análise da situação política e a luta para retomar a Revolução Universitária

O movimento estudantil universitário vem se chocando com o governo do MAS. Os estudantes, em maio e junho de 2014, levantaram-se por reivindicações elementares e acabaram assumindo as consignas contra o Reitorado e contra a intervenção do governo de Evo sobre a universidade. Ainda

que a burocracia universitária tenha tentado desmobilizar os estudantes e jogá-los contra a ala trotskista, o movimento estudantil formulou a tarefa principal de recuperar a Autonomia Universitária, contrapondo-se ao governo e à burocracia, que o representa. Não se trata apenas de uma luta democrática, a luta no interior das universidades. Sob as bandeiras de co-governo e de autonomia universitária, a URUS defende a educação científica contra os ataques privatizantes do governo e as deformações ideológicas da universidade “indígena”. Retoma a concepção da Revolução Universitária como tarefa que permite o proletariado expressar sua política no seio da pequena burguesia estudantil e trazê-la para o campo da revolução social. Afirma o documento: “[as camadas mais avançadas do movimento] por esse caminho terminarão identificadas com a política revolucionária do proletariado, convencidos da necessidade de por em pé uma nova sociedade para que em seu seio possa prosperar uma

Argentina

A classe operária deve intervir na crise com sua própria política

Aprofunda-se a crise política. A recessão, as lutas operárias, o déficit orçamentário, o conflito em torno da dívida externa, o controle das importações, as ameaças de maior controle sobre as empresas, a armadilha do câmbio, etc. se traduzem em crise política. O governo se vê obrigado a intervir a todo momento sobre todos os conflitos, que vão aparecendo e aqueles que reaparecem devido as precárias respostas e à incapacidade para encontrar soluções.

Os empresários pretendem criar um “clima enraivecido” como afirmam setores do oficialismo? Em parte há uma constante atitude conspirativa de setores capitalistas contra as políticas do governo e em parte são produto das próprias dificuldades da economia, produto da crise internacional e da impossibilidade permanente da burguesia de resolver suas próprias contradições.

Há momentos em que parece que praticamente todos os setores empresariais se soltaram da mão do governo. Nota-se uma campanha para golpear o ministro Kicillof e do secretário do comércio, Sr. Costa, por parte de vários meios de comunicação taxando-os de “soviéticos”, “estatistas”, incapazes.

Em poucos dias, se somaram vários fatos que contribuíram para alinhar a maioria empresarial: rejeição unânime da aplicação da Lei Antiterrorista no caso do fechamento de Donnelly, da aplicação da Lei de Abastecimento e das disputas com os fundos abutres.

Fazendo coro com essas críticas, todos os partidos da oposição rejeitaram a reforma da Lei de Abastecimento e a própria Lei. Não querem nenhum tipo de controle ou regulamentação por parte de seu Estado. O que querem ocultar? Tudo. É uma classe parasitária, traficante, saqueadora, entreguista, superexploradora.

O governo quer demonstrar que tem as rédeas da situação, para mostrar que pretende controlar a inflação, objetivando ocultar sua impotência e incapacidade para acabar com ela. A Lei de Abastecimento, que tem quarenta anos, não serviu para controlar os capitalistas e para fazer a reforma pretendida. Não

nova educação universitária”.

Não temos como entrar em detalhes quanto aos vários aspectos que desenvolve o documento. A crítica marxista sobre a caricatura reformista do MAS da “universidade indígena” passa pelo duro combate a Lei Avelino Siñani-Elizardo Perez. A derrubada dessa lei se tornou necessária para se evitar a destruição da escola única e do seu caráter público. Essa é uma das conclusões importantes do documento. Essa tarefa está condicionada ao objetivo estratégico de estabelecer a unidade entre o trabalho manual e intelectual. Afirma o documento: “Fazer com que os estudantes e a população tenham acesso à ciência e ao conhecimento é estabelecer a unidade da força de trabalho com a ferramenta. É transformar a propriedade privada sobre os meios de produção e edificar a propriedade social. Esta conclusão é rechaçada pelas correntes burguesas e pró-burguesas na educação, que não se atrevem a assumi-la porque significa acabar com o capitalismo”.

passa de um recurso para ameaçar e negociar.

As pressões empresariais também apontam para uma maior desvalorização do peso, para arrancar do governo empréstimos e subsídios, ameaçando com demissões, para impor medidas de aumento da produtividade, para baixar os impostos, enfim, para descarregar sobre as massas toda a crise. Não lhes foi suficiente a superdesvalorização ocorrida desde janeiro de 2013 (70%), que supera a inflação acumulada nos últimos 19 meses, querem uma maior transferência de recursos para suas contas.

A recessão atual foi provocada pela crise internacional, queda nas exportações – ao Brasil, principalmente –, queda no poder aquisitivo da população, devido ao encarecimento do crédito, às limitações para importar, à incapacidade do Estado de continuar subsidiando. Diante do agravamento da crise em 2009, o Estado pôde destinar uma quantidade de recursos para limitar seu impacto, recursos que neste momento não têm.

Os capitalistas depositavam grandes expectativas de que o governo terminasse por resolver os litígios da dívida externa para assim voltar a se endividar. O governo fez todo o empenho, mas os fundos abutres atravessaram em seu caminho para o mercado financeiro internacional – pela sentença do juiz norte-americano Griesa e pela impossibilidade de chegar a algum tipo de acordo para resolver a dívida –, provocando uma grande frustração. Os empresários apostavam que “esta solução” tivesse liberado as possibilidades de importação, de compra de dólares, de pagamento de dividendos, de fuga massiva de dólares ao exterior, de restabelecimento pleno do mecanismo clássico de evasão e endividamento do país.

Como se sai da recessão? As medidas adotadas pelo governo não deram resultados. O financiamento das vendas de carros e motos a prazos e baixas taxas de juros não reativaram o mercado. A atual crise econômica é o fiel resultado da incapacidade de resolver os problemas estruturais da economia, altamente concentrada, dominada pelas multinacionais, orientada a pagar a dívida externa e anarquizada, uma vez que funciona

de acordo com os interesses dos grandes capitalistas, dos grandes proprietários dos meios de produção.

É necessário desenvolver imediatamente um grande plano de obras públicas, financiado com impostos extras sobre as grandes fortunas, superfaturamento empresariais, um plano de obras públicas que atenda às necessidades populares, sob o controle operário coletivo, para impedir que os recursos acabem nas mãos dos funcionários ou empresários amigos. Esse plano deve começar por atender às necessidades de milhares de famílias. A expansão das linhas ferroviárias, a produção de material para as ferrovias, bem como a produção de carros é um negócio das multinacionais automobilísticas, que utilizam o Mercosul para maximizar seus lucros.

É necessário impor desde já um salário e uma aposentadoria vitais, igual ao custo de uma família, que cubram a totalidade dos trabalhadores. Reabrir todas as paritárias, que foram fechadas diante da inflação. Impor também a escala móvel das horas de trabalho – dividir todas as horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem afetar o salário. Acabar com o desemprego. Nenhum trabalhador sem trabalho! Não podemos deixar que se repita a história dos anos 90.

É necessário generalizar a resposta operária diante das suspensões e demissões que estão crescendo. Ocupar as fábricas ou estabelecimentos, exigir a sua imediata estatização sob o controle operário. Não podemos deixar que os capitalistas destruam um só posto de trabalho.

A luta dos trabalhadores da Lear tem uma importância extraordinária. Mostra, como fizeram os petroleiros, ou os

operários da Kraft, que somente a classe operária enfrenta consequentemente as multinacionais. O governo, a oposição patronal e a burocracia se colocam em defesa da grande propriedade contra os trabalhadores e contra o país. O governo não só apela para um discurso repressivo contra as lutas dos trabalhadores como também envia a tropa de choque, a polícia federal e estadual para respaldar a ação da patronal e dos bate-paus da burocracia.

O governo que centrou sua política no pagamento da dívida externa, que transferiu ao exterior extraordinários recursos para cumprir esse objetivo, que pagou aos saqueadores da Repsol, que entrega a mineração e o petróleo às multinacionais não pode apresentar-se como defensor da soberania nacional. É responsável, como toda a burguesia, de entregar o patrimônio nacional a todos os abutres imperialistas.

A classe operária deve levantar sua própria estratégia de poder, a revolução e ditadura proletárias (governo da maioria oprimida da cidade e do campo), que somente será possível se se independizar completamente da burguesia, de suas ideias, de suas instituições, de seus partidos, de sua legalidade e construir sua direção revolucionária, o POR, que expressa conscientemente a política de classe. A classe operária necessita independizar-se politicamente para poder dirigir o conjunto dos oprimidos, pondo em pé uma autêntica frente única anti-imperialista, para não ser arrastada pelas colocações da burguesia ou da pequena burguesia que os levarão a uma nova frustração.

(extraído do Jornal Massas, nº 292,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Sobre o sionismo e antissemitismo

O artigo “Por que os judeus estão preocupados”, de Deborah E. Lipstadt, publicado no The New York Times, reproduzido pelo o Estado de São Paulo (22/8), alerta para os perigos da retomada do antissemitismo. A preocupação surge em meio à barbárie de Israel contra a Faixa de Gaza. No entanto, Lipstadt se limita a atacar o Hamas. Está perfeitamente claro que o artigo acoberta a matança em Gaza. O que não quer dizer que suas informações sobre o antissemitismo não devam ser tomadas em conta.

Uma das bandeiras citadas é: “Hamas, Hamas, os judeus para o gás”. Mesmo que admitamos que expressa o ódio dos manifestantes palestinos diante do massacre, a referência às câmaras de gás do Holocausto traz a sombra aterrorizante do antissemitismo. É bem provável que, para quem está carregando nas costas centenas de criança mortas pelos bombardeios de Israel, o antissemitismo seja indiferente ou mesmo justificável.

O imperativo de separar antissemitismo de sionismo somente é rigorosamente aplicado pelo marxismo revolucionário. Nenhuma mortandade de palestino ou de qualquer outra nacionalidade pode borrar as diferenças irreconciliáveis dos dois sentidos históricos. Os próprios sionistas primam por fundi-los e confundi-los: ser antissionista é ser antissemita. As perseguições, discriminações e massacres (pogroms) sofridos pelos judeus, particularmente o Holocausto, são as trevas que serviram e servem de cobertura para o sionismo bárbaro.

É reconhecido que o antissemitismo nazifascista da bur-

guesia alemã e de seus aliados funcionou como alavanca para o movimento sionista. As duas guerras mundiais, por sua vez, foram decisivas para tornar a Palestina o território para constituição do Estado sionista. O embate entre as forças imperialistas pela repartição do mundo possibilitou que as ações de Theodor Herzl e de seus continuadores junto a governos e banqueiros ganhassem um poder inimaginável. Nem mesmo um revolucionário do porte de Leon Trotsky – um combatente de primeira hora e de primeira ordem à reação antissemita – teve como prever a vitória do sionismo.

A caracterização de Lenin de que as teses sionistas de uma nação judia eram reacionárias se confirmaram plenamente. Eis o que afirmava: “Totalmente insustentável do ponto de vista científico, a ideia de uma nação judia à parte é, por seu significado político, uma ideia reacionária.” Essa posição de princípio do bolchevismo, tomada em 1903, se confirmou com a decisão da ONU, sob a tutela dos Estados Unidos, em 1947, de edificar na Palestina o Estado sionista.

O povo judeu – aqui falamos em geral, como nacionalidade, sem distinguir classes – vinha sofrendo com os pogroms revestidos de nacionalismo reacionário na Europa Oriental, mas foi na Alemanha, potência capitalista, que o genocídio se configurou definitivamente. O antissemitismo de conteúdo religioso expôs sua face econômica e sua raiz de classe.

Nenhum movimento de opressão nacional se constitui sem que tome a forma de política de Estado. O marxismo – mais do que nenhuma outra orientação política burguesa ou pequeno-

burguesa democrática – revelou com presteza e correção o fundamento de classe do antissemitismo. Lembremos que Trotsky, entre 1912 e 1913, em sua reportagem “A questão judia na Romênia e a política de Bismark” demonstrou a política de Estado antissemita. Isso estando em contraposição às posições dos “socialistas” sionistas russos. Nenhuma corrente política dessa época lutou com tanta energia e convicção ao mesmo tempo contra o antissemitismo e o sionismo que os bolcheviques.

O programa do proletariado está em contraposição a toda forma de opressão de classe e nacional. Os judeus não eram formados apenas de comerciantes e financistas, mas também de proletários e camponeses. Uma multidão vivia em guetos na Rússia, Ucrânia, Polônia, etc., onde se forjou o ídiche e se sustentou a fisionomia da nacionalidade judia, enquanto em outras partes ocorria o processo econômico e social da assimilação.

A classe operária por seu lugar na produção social e por ser a classe que destruirá o capitalismo e edificará a sociedade sem classes não comporta nenhum tipo de discriminação. Essa condição se materializa em seu programa da revolução mundial, do internacionalismo marxista. No passado, os revolucionários lutaram contra o antissemitismo e os pogroms (inclusive organizando a autodefesa judia) e previram que a ascensão de Hitler na Alemanha abriria uma gigantesca tumba para os judeus.

Basta que se tenha a disposição de recorrer às formulações, às previsões e à orientação política da IV Internacional para lá encontrar a arma que irá derrotar definitivamente o antissemitismo. Nesse particular, é preciso ressaltar que foram os trostkistas em confronto com os estalinistas que assumiram a defesa dos judeus não somente contra o nazifascismo, mas também contra o imperialismo “democrático”, que chegou a fechar suas fronteiras ou dificultar a fuga dos perseguidos pelos nazifascistas.

Não é demais reforçar a memória – nesta hora em que os sionistas massacram os palestinos – que Trotsky e a IV Internacional denunciaram a situação de ataque aos judeus em países que os expulsavam e àqueles que não os abrigavam. Busquem as denúncias de Trotsky e lá encontrarão, entre aqueles que fecharam suas fronteiras, os Estados Unidos, que depois passaram a pontais do sionismo israelense.

Em discussão com os revolucionários norte-americanos, em 1940, Trotsky lhes cobrou a elaboração de “uma espécie de plataforma para a questão judia”. Considerava necessário “um balanço de toda a experiência do sionismo.” Nesse momento, a Palestina já se encontrava em ebulição. Estava próxima a vitória final do movimento sionista. O desfecho da 2ª Guerra, com o declínio da Inglaterra e ascensão dos Estados Unidos, bem como com o fortalecimento do estalinismo contrarrevolucionário, decidiu em favor da causa sionista e contra a resistência da população palestina ao processo migratório de ocupação territorial. Trotsky não teve como prever essa variante. Mas sua experiência como revolucionário e seu domínio do programa marxista o permitira poucos anos antes recomendar àqueles que construíam a seção da IV Internacional nos Estados Unidos que lutassem para influenciar os operários e camponeses judeus para a solução progressiva e revolucionária da questão judia.

A importância de uma plataforma específica estava em demonstrar que “o povo judeu não pode se salvar exceto por meio da revolução socialista”.

Diante da pergunta sobre a tática a ser empregada, Trotsky confessa que “não estava bem informado acerca do momento.” Argumenta que “se os trabalhadores e camponeses judeus pedem um estado independente (...), não vão conseguir sob a dominação inglesa”. De fato, o imperialismo inglês manobrava entre os sionistas e os árabes. Os Estados Unidos estavam prontos para marginalizar a burguesia inglesa e a atender os interesses de setores sionistas ligados ao grande capital.

A IV Internacional se opôs à via sionista, afirmando a luta contra toda sorte de opressão aos judeus. Ou a revolução socialista se encarregava de solucionar a questão judia, ou esta não teria solução no capitalismo em decomposição. Esse pressuposto se mostrou correto. A criação forçada do Estado de Israel não pôs em pé uma nação judia, livre e independente. Este assumiu a forma de um enclave do imperialismo, manejado por cima pelo capital financeiro. Eis por que abriu o caminho de sua existência pelos métodos colonialistas e se impôs como um Estado racial-militar.

Em situação como esta em que as modernas e potentes Forças Armadas de Israel fazem mais uma de suas incursões sangrentas contra os palestinos, vem à tona a história do antissemitismo e do sionismo. Coincidentemente, faz setenta anos do Holocausto. O artigo de Lipstadt o toma como referência para mostrar que surge um novo antissemitismo. Ocorre que não há como verificar a retomada a qualquer ataque racial aos judeus sem recorrer ao antissemitismo típico do capitalismo.

Em julho de 1940, poucos dias antes de ser assassinado a mando de Stalin, Trotsky temia que as ações dos sionistas de transferir massivamente colonos judeus para a Palestina poderia ser trágica para os próprios judeus. Referia-se a “uma burla trágica ao povo judeu”. Previa o conflito nestes termos: “O desenvolvimento futuro dos acontecimentos militares podem chegar a transformar a Palestina em uma armadilha sangrenta para milhares de judeus.” E conclui: “Nunca se viu tão claramente como hoje que a salvação do povo judeu está ligada inseparavelmente à destruição do sistema capitalista.”

De fato, a imigração, a abertura de conflitos raciais e as alterações nas relações econômicas na Palestina impulsionaram choques mortais entre colonos judeus e habitantes palestinos. Os árabes em geral não aceitaram a via sionista de constituição de um Estado judeu. Os riscos para os imigrantes chamaram a atenção de Trotsky. O antissemitismo europeu estava em alta, principalmente na Alemanha. Até mesmo na União Soviética, se reerguia sob a ditadura burocrática de Stalin. O governo inglês dava sinais de recuo em sua posição favorável à implantação do Estado sionista. A guerra mundial se aproximava. A IV internacional via com absoluta clareza que o imperialismo incendiaria a Europa e o mundo. O que finalmente ocorreu com a implantação do Estado de Israel no pós-guerra foi que o maior custo em sangue recaiu sobre os palestinos.

Os seis milhões de judeus assassinados pelo nazifascismo na guerra expuseram a face terrível do antissemitismo – uma das manifestações do chauvinismo. As potências vencedoras e o movimento sionista se valeram da tragédia para justificar a criação de um Estado de fora para dentro na Palestina em

flagrante ato de opressão nacional. Observa-se que a armadilha temida por Trotsky não chegou a se consumir. Os Estados Unidos tomaram à frente do processo e usaram a causa sionista para afastar a Inglaterra da Palestina, para estabelecer novas condições de partilha do Oriente Médio e para estabelecer sua hegemonia. Os fatos mostram que a resolução de 1947 que criou o Estado judeu refletiu o amplo processo de redefinição da dominação imperialista do mundo.

A burguesia imperialista, os sionistas e também o estalinismo que aprovou a resolução norte-americana de dois Estados procuraram ocultar que a matança, que os campos de concentração, que as câmaras de gás e a limpeza étnica antisemita eram consequências do capitalismo convulsivo e das rivalidades econômicas das potências pelos mercados e pelo controle das nações semicoloniais. O Estado de Israel se levantou, assim, como redenção de um povo esmagado e solução definitiva para a identidade nacional dos judeus.

A conquista de parte da Palestina pelos sionistas contrariou a tese marxista de que somente o proletariado à frente da revolução socialista encontraria uma solução para a questão judaica? Absolutamente, não! Ao contrário, confirmou-a definitivamente pela experiência. O Estado judaico não se constituiu como expressão do povo judeu espalhado pelo mundo, mas como expressão das necessidades do imperialismo e da sua fração burguesa judia. Está aí por que a ocupação sionista da Palestina, por meio do financiamento da imigração e pela garantia das armas, se deu pelos métodos colonialistas, isso quando o colonialismo já havia assumido plenamente o conteúdo econômico e histórico do imperialismo (não de impulso das forças produtivas mundiais, mas de seu bloqueio pelos monopólios e de sua destruição maciça pelas guerras).

Não se pode confundir o sionismo com o povo judeu. Nem confundi-lo com a resposta histórica ao antisemitismo. Nenhuma forma do nacionalismo será erradicada nos marcos do capitalismo. Verifica que o nacionalismo, via de regra, assume posições reacionárias e contrarrevolucionárias. Opõe-se, sem exceção, ao internacionalismo proletário.

Ocorre que os sionistas que acusam indistintamente seus adversários de antisemitas deformam história do antisemitismo no capitalismo, ocultando as suas raízes de classe. Posto isto, voltemos ao artigo “Por que os judeus estão preocupados”.

Não sabemos a abrangência da bandeira “Hamás, Hamás, os judeus na câmara de gás”, se é isolada ou não. Mas seu conteúdo é antisemita e deve ser rechaçado como tal. Não ajuda a causa palestina. Ajuda a causa da burguesia sionista.

A professora de História Judaica, Deborah Lipstadt, objetiva com seu artigo concluir que se trata de um novo antisemitismo. O Hamás o encarnaria. Curiosamente, o novo antisemitismo dos muçulmanos se basearia nas falsificações do velho antisemitismo (referência que se faz na cartilha do Hamás do famoso documento “Protocolos dos Sábios do Sion”, forjado pelo czarismo russo e na falsa alegação do uso de sangue de crianças para o matzo, uma recriação do czarismo do mito antigo de que os judeus comiam carne humana em seus rituais religiosos - a nova versão resultou no processo antisemita contra o jovem Beilis).

A historiadora alcinha essa nova versão de “antisemitis-

mo muçulmano”. Reconhece que, “tradicionalmente, o islã não tratou os judeus dessa maneira”. Essa relação cordial teria mudado para posições antissemitas. Os judeus estariam, portanto, diante de um novo antisemitismo. Um fenômeno que “mescla o antisemitismo cristão (...) e uma forma secular mais esquerdista, de antisemitismo.” Essa explicação mal esconde a face sionista da redatora.

A tese de que o antisemitismo que levou ao Holocausto “nascera da direita (nos anos trinta) e estava arraigada na visão secular cristã que demonizava os judeus” é a mesma cantilena sionista que acoberta as raízes de classe do antisemitismo moderno. A “direita” dos anos trinta não era senão uma fração do imperialismo – o imperialismo alemão – em choque com a fração do imperialismo que não tem nada de esquerda – o imperialismo anglo-francês.

De fato, Lipstadt oculta que o antisemitismo que levou ao Holocausto é consequência da decomposição do capitalismo da época imperialista. O velho antisemitismo cristão mal serviu de cobertura às reais causas da perseguição aos judeus pelo nazifascismo. Os traços antisemitas que por ventura se manifestam, agora, entre os muçulmanos – como o da referida bandeira citada – são reflexos do velho antisemitismo que ressurge de maneira deformada pelo nacionalismo árabe em consequência da barbárie sionista.

Não se deve desconsiderar que o islamismo é tão reacionário quanto qualquer outra religião, embora sirva ao nacionalismo de povos oprimidos. O judaísmo não tem servido como máscara ao colonialismo sionista e para justificar a política nacionalista de Estado que recorre ao racismo e ao genocídio? A historiadora norte-americana não diz uma palavra sobre as posições raciais do Estado de Israel.

As massas muçulmanas vão derrotar o colonialismo de Israel – um braço do imperialismo no Oriente Médio – superando o nacionalismo burguês e pequeno-burguês religioso. Todo e qualquer traço do antisemitismo deverá ser extirpado da luta pela libertação das massas palestinas. Há uma condição para isso: é necessário construir o partido revolucionário entre as massas árabes. Os judeus explorados terão de se livrar da carga sionista. As massas judias de Israel que seguem a política colonialista do sionismo e se submetem à orientação geral do imperialismo colocam-se a serviço do nacionalismo reacionário e servem de base social para o ódio racial instigado pela burguesia. Haverá o momento em que os judeus proletários e de classe média pobre terão de separar taxativamente o sionismo do antisemitismo.

É tarefa estratégica dos marxistas, unir palestinos e judeus contra o colonialismo da burguesia israelense e o domínio geral do imperialismo.

Na situação de ofensiva militar do Estado de Israel, esse objetivo parece impossível. Necessariamente, a política do proletariado mundial é de lutar contra as forças que oprimem os palestinos, o que inclui aquelas que servem de auxiliares ao sionismo (a feudal-burguesia árabe e os seus governos subservientes ao imperialismo). Mas em hipótese alguma essa posição de combate ao sionismo põe de lado a luta contra o antisemitismo. As massas exploradas judias e árabes somente poderão dar um passo progressivo à sua emancipação estando do lado oposto do nacionalismo e dos ódios religiosos que este

desperta.

Em suas considerações sobre os 70 anos após os Holocausto e os perigos das ações antissemitas, Lipstadt cita outros exemplos de atos ocorridos na Europa (assassinato em uma escola judaica em Toulouse, na França, em 2012, atentados a tiros contra judeus no Museu Judaico de Bruxelas em maio de 2014, ameaças na Dinamarca contra o uso do solidéu, manifestação contra empresas judias na Itália e Inglaterra). Os assassinatos ocorreram antes da incursão de Israel em Gaza. O que leva a historiadora a considerar simplista a explicação de que se trata de reações de “jovens muçulmanos descontentes”. No entanto, limita-se a apontar “uma cepa distinta de antissemitismo muçulmano”. Não analisa o fenômeno indicado e não o demonstra em conexão como o racismo sionista do Estado de Israel.

É um erro relevar as consequências negativas que recaem sobre os judeus devido aos massacres de palestinos. Mas igualmente é um erro brutal fechar os olhos para a retomada do antissemitismo em geral. E por quê? Porque as manifestações de xenofobia contra imigrantes de todas as nacionalidades e credos já são expressas como parte do programa de partidos burgueses de características fascistas.

A recente eleição para o Parlamento europeu indicou o fortalecimento do chauvinismo. A pequena-burguesia abriga todo tipo de preconceitos e discriminações promovidos pelo capitalismo. A burguesia os utiliza segundo as condições ma-

Ucrânia:

A guerra civil na Ucrânia reflete o recrudescimento da crise mundial do capitalismo

O impasse na Ucrânia, como se verifica nos últimos acontecimentos, impõe o predomínio da via militar sobre a diplomática, e indica que a solução do conflito nacional por métodos eleitorais ou pacíficos têm se tornado cada vez mais limitados. O colapso econômico das economias nacionais obrigou as burguesias a aprofundarem os métodos autoritários e ditatoriais para arregimentar as massas. Isto não é outra coisa senão a expressão, dentro das fronteiras nacionais, das tendências de desintegração do capitalismo. A guerra econômica e os meios militares constituem hoje a via principal na luta entre as potências pelo controle e apropriação dos recursos das semicolônias.

De fato, a ofensiva militar contra a rebelião do leste ucraniano não é simplesmente um conflito nacional. Do desenlace do conflito no leste, do seu ritmo, desenvolvimento e dos meios empregados dependerão, em última instância, os ritmos e combinações que se utilizarão para forçar a Rússia a abrir suas fronteiras à colonização de seus territórios e recursos pelo imperialismo. É por essa via que se avança a destruição das conquistas revolucionárias das massas e o processo de restauração capitalista.

A ofensiva militar contra o leste reflete os interesses monopolistas

O acordo prévio entre os Estados Unidos e a Rússia para implantar uma Constituição que implicava federalizar regiões concedendo-lhes autonomia administrativa e econômica não passou de uma farsa. Impôs-se a ofensiva militar contra a re-

teriais do momento. Hitler mostrou às últimas consequências como potencial o social-chauvinismo a partir do desespero da pequena-burguesia, empurrada para a borda do precipício do capitalismo em decomposição. O antissemitismo foi tão somente uma de suas expressões, sem dúvida a mais evidente.

Não se pode falar em antissemitismo na Europa sem demonstrá-lo como parte da decomposição capitalista. O mais evidente, porém, não é o antissemitismo, mas sim o social-chauvinismo contra os imigrantes, pobres e miseráveis. Mais uma vez as teses do marxismo se mostram vitais. Não há como combater uma variante de opressão nacional-racial sem que se combatam todas as demais variantes. Somente assim a ação política corresponde a um conteúdo de classe inequívoco – o do programa revolucionário do proletariado.

Os sionistas mascaram sua ideologia e ação raciais com o horror causado pelo antissemitismo. Mas toda vez que se lançam ao massacre dos palestinos revelam suas raízes de classe comuns ao antissemitismo. Os acontecimentos comprovam a caracterização do marxismo-leninismo-trotskismo que o sionismo é reacionário não apenas por sua orientação territorialista, mas fundamentalmente se materializar como ação do imperialismo. A revolução social encarnada pelo proletariado libertará os palestinos da opressão sionista e os judeus, da opressão antissemítica.

belião do leste porque esta se projetava como um bloqueio à política de conquista dos recursos e mercados pelo capital financeiro e os monopólios imperialistas.

Pela Ucrânia passam 60% das exportações de gás à União Europeia. Um terço delas é destinado à Alemanha (o que explica, além disso, a cautela de Berlim diante das sanções à Rússia). Imediatamente, após o golpe em Kiev, o filho do vice-presidente norte-americano foi nomeado diretor da petroleira ucraniana Burisma Holding que controla o transporte de gás dentro da Ucrânia. Em Slaviansk fica a bacia de Yusof que será explorada pela Shell, de acordo com um contrato assinado pela multinacional em 2012 com Yanukovich. A Chevron teria assinado também com este um acordo de dez bilhões de dólares para explorar as reservas de gás do leste. A rebelião pró-russa provocou prejuízos milionários às multinacionais e ameaçam as concessões outorgadas. Outros 39 bilhões de pés cúbicos em reservas de gás não são explorados: a quarta parte das reservas mundiais comprovadas. Um despojo pelo qual os abutres monopolistas não pouparão métodos para derrotar as milícias pró-russas.

A Ucrânia é a terceira maior exportadora mundial de grãos. Pelos portos da Crimeia se exportavam grãos e cereais para Europa, África e Oriente Médio. Nas suas costas marítimas existem abundantes reservas de gás, agora sob jurisdição russa. Por isso, a anexação militar da península pela Rússia é um episódio da guerra comercial travada entre as potências, além de ser a sede da frota naval russa com destino ao Mar Negro e

ao Mediterrâneo.

Fica evidente por isso que o interesse imperialista pela “integridade territorial” ucraniana é para anexá-la como colônia comercial e utilizá-la para cercar e enfraquecer a Rússia. A denúncia da OTAN que a Rússia cruzou as fronteiras da Ucrânia com tropas e blindados é para criar as condições de uma futura resposta militar. Percebe-se que na base das medidas adotadas pelo governo pró-imperialista de Kiev (integração à União Europeia e ofensiva militar contra o leste) estão os interesses das potências imperialistas. A guerra civil, alimentada pelo imperialismo, reflete seus interesses estratégicos no campo político e militar.

A guerra civil se projetou no campo internacional

É público o fato que em ambos lados combatem cidadãos e tropas estrangeiras. Em 25 de agosto, Alexiêi Dmitrashkoski, porta-voz das forças militares de Kiev, reconheceu a presença do que chamou de “voluntários europeus”. “*Há representantes da Itália, Geórgia, Bielorrússia e da própria Rússia*”, assinalou. No batalhão Azov há finlandeses, franceses, noruegueses, ingleses e italianos. O comandante do batalhão Donbás, Semion Semchenko, teria pedido ao governo de Kiev outorgar cidadania ucraniana aos “combatentes” bielorrussos, georgianos, russos e espanhóis que combatem nas suas fileiras. E já foi reconhecido por diversos meios de comunicação que na Ucrânia operam “especialistas” (mercenários e comandos) norte-americanos sob o rótulo cínico de “instrutores e assessores militares”.

Com o início da ofensiva militar contra os rebeldes pró-russos em abril e com a aprovação da ajuda técnico-militar do imperialismo se estabelecia a internacionalização do conflito interno. As medidas diplomáticas, políticas e econômicas (sanções, bloqueios comerciais, etc.) contra a Rússia são meios complementares da luta militar contra o leste do país. Derrotando as milícias se procura abrir uma frente contra a Rússia sobre suas fronteiras. As sanções econômicas pretendem solapar seu organismo econômico e enfraquecer sua capacidade técnica e militar. Tudo isto complementado com falsas campanhas públicas de contrainformação e de intervenção militar das potências no leste.

Passagem da guerra comercial entre potências aos preparativos bélicos

De acordo com o jornal alemão Der Spiegel, países como a Lituânia, Estônia e Polônia propuseram na última reunião da OTAN colocar por escrito que o escudo antimísseis, propagandeado como uma medida de defesa contra o Irã, se orientasse agora contra a Rússia. Contudo, a maioria dos países da OTAN, encabeçados pela Alemanha se colocaram contra. Ocorre que Alemanha depende do gás russo. Uma virtual declaração de ruptura significaria criar condições de uma crise econômica de graves consequências. Certamente o imperialismo norte-americano trabalha para enfraquecer essas consequências e fortalecer as posições econômicas e políticas de seus principais aliados na União Europeia (França e Inglaterra). Esses crescentes choques interimperialistas não alteram, porém, o equilíbrio de forças hegemônicas pelo imperialismo norte-americano.

Só os ingênuos poderiam acreditar no disparate de um escudo antimísseis cujo objetivo seria proteger a Europa de ataques do Irã. Esse país não tem capacidade técnica nem militar para

ameaçar a segurança territorial de Estados armados até os dentes com técnica industrial e militar muito superior. A verdade é que o escudo antimísseis sempre esteve direcionado contra a Rússia. De acordo com analista do Pentágono, a Rússia seria “*o único país restante*” com certa capacidade para limitar a expansão dos Estados Unidos na região. O projeto elaborado pelo Pentágono para “contrabalançar” essa suposta ameaça russa foi denominado de “*espectro de dominação completa*”. Um de seus instrumentos são as baterias de mísseis continentais que se pretendem instalar no leste europeu. Outro, a força de bombardeio estratégico de aviões invisíveis B-2, portadores de armas nucleares para ataques “preventivos”. Dois desses aviões já foram colocados na Europa em junho, segundo informou a CNN.

Aumenta o cerco militar imperialista sobre as fronteiras russas

A Ucrânia é um dos pontos estratégicos para aplicação do programa “*espectro de dominação completa*”. O deslocamento de baterias de mísseis a este país constituiria uma nova fase do famoso projeto “*Guerra das Galáxias*,” iniciado por Ronald Reagan e que atualmente se estende até Romênia. Lembremos que aquele projeto previa o deslocamento de baterias de mísseis e aviões bombardeiros estratégicos para ataques nucleares rápidos contra Rússia. Agora, se complementa com o plano Obama para implantar em todo o leste europeu um sistema antimísseis que absorveria qualquer tentativa de resposta defensiva (o denominado “*Ataque Global Rápido*”).

Em 29 de agosto, o Conselho de Segurança da ONU vetou a proposta russa sobre o cessar fogo no leste. Uma semana antes, havia negado a entrada de um gigantesco comboio russo com ajuda e alimentos para os civis do leste, qualificado como violação russa das fronteiras ucranianas. Dias antes dessa declaração, o governo de Kiev convocou reservistas e forças especiais para o combate contra as milícias pró-russas. Em 18 de agosto, sancionou uma lei de exceção política que permite à polícia disparar sem advertência prévia nos territórios recuperados do leste. Acrescenta-se agora a denúncia da OTAN de invasão por tropas e blindados russos do território ucraniano. As condições mostram, portanto, um choque militar de maior envergadura entre as potências. Cada uma das medidas que o imperialismo impõe à oligarquia ucraniana tende a projetar-se ao campo bélico, preparando-se, assim, um choque militar de grandes proporções.

Certamente se trata de tendências. Se as potências irão se chocar militarmente ou não depende de uma combinação de fatores econômicos, políticos e sociais, fundamentalmente do curso da luta de classes. As frações burguesas monopolistas estão sendo empurradas nessa direção pela força objetiva da crise e a necessidade de conquistar mercados pela força. O armamentismo desenfreado entre os países da OTAN, de um lado, e da Rússia, do outro, reforçam este prognóstico.

Nesse sentido fica claro que a ofensiva militar de Kiev contra o leste da Ucrânia foi uma ação para forçar uma resposta russa. Ou esta recuava, cedendo uma posição após outra, ou respondia envolvendo-se na guerra civil da Ucrânia, provocando por seu turno a intervenção militar do imperialismo. Qualquer que seja a tática protelatória empregada por Putin e seu governo, não evitará o avanço do imperialismo em seu objetivo de submeter a Rússia e levá-la à condição de semi-

colônia. A restauração capitalista não só vem destruindo as bases econômicas e sociais estabelecidas pela revolução russa como impondo um retrocesso de grandes proporções ao país. A retomada do capitalismo e a reconstituição da burguesia russa se dão sob o poder da economia mundial dirigida pelas potências. Não há simplesmente uma restauração nacional. A tentativa da burocracia de limitar a influência do imperialismo sobre o processo de restauração se choca com as condições de desintegração do capitalismo. Não há outra saída para Rússia restauracionista se não se submeter à hegemonia norte-americana, ou se colocar diante de uma situação que beira à guerra. É o que se passa na disputa territorial sobre a Ucrânia.

Transformar a guerra civil em luta de classe contra o imperialismo e seus agentes

Enquanto a guerra civil continua seu curso, os ajustes exigidos pela União Europeia são preparados e se aceleram as condições políticas para executá-los. Embora os gastos militares estejam afundando as finanças do Estado e sobrecarregando as massas com enormes dívidas, os agentes do FMI no país (dentre eles Alexander Turchinov, presidente da transição designado pelo Parlamento, Arsenity Yatsenyuk, ex-presidente interino designado depois do golpe contra Yanukovich e Piotr Poroshenko, atual presidente) trabalham para implantar, assim que seja possível, as reformas exigidas: aprofundamento da desnacionalização da economia; aumento dos preços internos do gás e produtos de consumo popular; contenção da inflação com ajustes e reduções salariais; “racionalização” da produção (demissões) e melhoria da “produtividade do trabalho” (intensificação a exploração do trabalho assalariado; etc.

Tudo indica que, ainda que as milícias pró-russas sejam derrotadas, o aparato repressivo e as medidas políticas de exceção não somente se manterão como também se ampliarão. Estão de acordo com a tendência mundial dos governos capitalistas em restringir as liberdades democráticas, aprofundar a repres-

são e abortar a mobilização operária e popular, que resiste aos ajustes e ataques contra suas condições de vida. Mas, estas medidas ao mesmo tempo empurrarão às massas oprimidas do país a enfrentar os ataques contra as violentas condições de vida e trabalho. E mostrarão também com clareza a verdadeira face do governo, preparando as condições para a ruptura das massas com estes agentes do imperialismo.

A evolução da situação política está determinada pelas tendências fundamentais da luta de classes. Criar-se-ão novas condições para que a classe operária possa romper com as oligarquias entreguistas. Um primeiro passo nesse sentido é o de mobilizar nacionalmente os oprimidos do país sob uma frente única baseada nas reivindicações vitais que unificam as massas, pelo fim da guerra civil fratricida e pela autodeterminação da Ucrânia. A possibilidade dessa perspectiva depende do proletariado se levantar como classe revolucionária contra a oligarquia burguesa ucraniana que empurrou o país para a guerra civil. Enquanto as massas seguirem as direções burguesas e se sujeitarem ao intervencionismo do imperialismo ocidental e da Rússia, a Ucrânia continuará se despedaçando.

Para concretizar a estratégia proletária de *“uma Ucrânia Soviética de Operários e Camponeses, unida, livre e independente”* é necessário constituir o proletariado como classe revolucionária e como direção política da nação oprimida, dirigindo o campesinato pobre, o semi-proletariado agrícola, a pequena burguesia urbana arruinada e a juventude oprimida sob uma Frente Única Anti-imperialista. A defesa da autodeterminação da Ucrânia ultrapassa os limites regionais, projeta-se internacionalmente contra as tendências bélicas do capitalismo em decomposição e do intervencionismo imperialista. Observa-se que a superação da crise de direção revolucionária no seio da Ucrânia é parte de uma tarefa maior, ou seja, da superação da crise de direção mundial. Confrontos tão profundos como os que levam à guerra civil e à intervenção militar do imperialismo expõem a necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

76 anos da fundação da IV Internacional

Em três de setembro de 1938, vinte e um delegados de 11 países fundaram a IV Internacional. A presidência de honra foi ocupada por Leon Sedov, Klement e Wervin Wolf, vítimas da perseguição contrarrevolucionária de Josef Stálin. A presidência da mesa coube ao norte-americano Max Shachtman. A Conferência aprovou o Programa de Transição, documento básico de fundação da IV Internacional.

Na realidade, a IV Internacional começou a ter existência desde 1933, quando a III Internacional completamente degenerada pela revisão de seu programa pelo estalinismo mostrou sua falência diante da ascensão de Hitler na Alemanha. A partir desse acontecimento, Trotsky conduziu a Oposição de Esquerda Internacional a não mais defender a recuperação da III Internacional. Não mais se proclamava uma fração revolucionária em seu interior. O estalinismo havia finalmente destruído as bases programáticas e políticas de sua fundação, que constam dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista.

Logo se verificou o acerto da posição de se caminhar para a construção de uma nova Internacional. Vieram os processos de Moscou e o terror estalinista se conformou definitivamente.

A ditadura do proletariado havia se transformado em ditadura burocrática. Trotsky seguiu o exemplo de Lênin em relação à falência da II Internacional e a constituição da III Internacional. Em 1943, Stálin decidiu que a Internacional Comunista já não era mais necessária. Por decreto, liquidou-a. Os partidos comunistas do mundo inteiro acataram sem nenhuma resistência a destruição física da III Internacional. Isso porque Stálin já havia liquidado o seu programa.

Estamos a 76 anos da fundação da IV Internacional. O Programa de Transição mantém atualidade e vitalidade.

A direção que assumiu a tarefa de construir a IV Internacional, depois do assassinato de Trotsky em 1940, não se mostrou à altura. Sucumbiu às pressões da crise mundial do capitalismo e do aparato estalinista. Acabou por desintegrá-la. As inúmeras tendências que se reivindicam da IV Internacional se afastaram e se afastam do Programa de Transição. O fato de não se construírem como partido-programa – aplicação do Programa de Transição nas particularidades de seus países – gerou um espectro de correntes que vão do mais descarado oportunismo ao mais senil sectarismo. Trata-se do fenômeno

histórico da crise de direção revolucionária, caracterizada no Programa de Transição.

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia constituiu-se, em sua longa existência, como depositário da IV Internacional. A explicação está em que mergulhou na tarefa de elaborar o programa da revolução proletária em seu país como parte da revolução mundial. As inúmeras tendências revisionistas, justamente por não terem programa, tornaram-se ferozes adversárias das conquistas do POR boliviano. O seu isolamento na Bolívia foi prejudicial para o movimento revolucionário in-

ternacional. Uma das tarefas necessárias à reconstrução da IV Internacional é a de retomar as bases fundamentais do marxismo-leninismo-trotskismo para a construção dos partidos revolucionários e a de romper o cordão de isolamento imposto pelo revisionismo contra o POR boliviano.

O Comitê pela Reconstrução da IV Internacional, que reúne as seções boliviana, argentina e brasileira, está obrigado a enfrentar com severidade o objetivo histórico de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Viva os 76 anos da IV Internacional!

Publicamos abaixo o artigo escrito por Trotsky, dedicado à fundação da IV Internacional

Uma grande conquista⁽¹⁾

Quando estas linhas apareçam na imprensa, a Conferência da Quarta Internacional provavelmente terá concluído seu trabalho. A citação desta Conferência é uma grande conquista. A tendência irreconciliavelmente revolucionária - submetida a perseguições que nenhuma outra tendência política na história do mundo sofreu como esta - deu de novo uma prova de seu poder. Superando todos os obstáculos que enfrentou diante dos golpes de seus poderosos inimigos, a Conferência Internacional foi convocada. Este fato é uma prova irrefutável da grande viabilidade e da firme perseverança da Internacional bolchevique leninista. A própria possibilidade de uma Conferência exitosa foi garantida primeiramente pelo espírito do internacionalismo revolucionário, do qual estão imbuídas todas as nossas seções. Na verdade, é necessário atribuir grande importância aos vínculos internacionais da vanguarda proletária em seu objetivo de reunir, na atualidade, um agrupamento revolucionário internacional, quando a Europa e o mundo inteiro vivem a expectativa da próxima guerra. A névoa do ódio nacional e da perseguição racial forma hoje a atmosfera política do nosso planeta. O fascismo e o racismo são simplesmente as expressões mais extremas da manifestação chauvinista, que procura superar ou afogar as insuportáveis contradições de classes. O ressurgimento do social patriotismo na França e em outros países, ou melhor, sua nova manifestação aberta e descarada, pertence à mesma categoria do fascismo, mas adaptado à ideologia democrática ou a seus vestígios.

O franco impulso ao nacionalismo na URSS, nos atos, na imprensa, nas escolas, pertence ao mesmo tipo de fatos. Não se trata de modo algum do assim chamado "patriotismo socialista", em defesa das conquistas da Revolução de Outubro contra o imperialismo. Não, é questão de restabelecer a supremacia das tradições patrióticas da velha Rússia. Aqui a tarefa, assim, é a de estabelecer valores por cima do social, sobre as classes, para disciplinar os trabalhadores, com maior êxito e submetê-los à voracidade da burocracia parasitária. A ideologia oficial do atual Kremlin apela às façanhas do príncipe Alexander Nevsky, ao heroísmo do exército de Suvorov-Rimnikski ou Kutuzov-Smolenski, (2) enquanto que fecha os olhos diante do fato de que este "heroísmo" se baseava na escravidão e na ignorância das massas populares e que por esta razão o exército da velha Rússia somente saía vitorioso nas lutas contra aqueles povos asiáticos ainda mais atrasados ou contra os Estados débeis e em desintegração na fronteira ocidental. Por

Leon Trotsky - 30 de agosto de 1938

outro lado, nos conflitos com os países avançados da Europa, a valente tropa czarista sempre foi à bancarrota. Obviamente, a experiência da última guerra imperialista já tinha sido enterrada no Kremlin assim como esqueceram o fato, não menos importante, de que a Revolução de Outubro surgiu diretamente do derrotismo. Que importância tudo isso tem para termidorianos e bonapartistas? Eles precisam de fetiches nacionalistas. Alexander Nevski deve socorrer Nikolai Iezov.

A teoria do socialismo em um só país, que destruiu o programa da luta revolucionária internacional do proletariado, não podia senão terminar em uma onda de nacionalismo na URSS e gerar uma onda correspondente, da mesma natureza, nos partidos "comunistas" de outros países. Há somente dois ou três anos atrás, sustentava-se que as seções da Internacional Comunista estavam obrigadas a apoiar seus governos, somente nos assim chamados Estados "democráticos" que estivessem dispostos a apoiar a URSS em sua luta contra o fascismo. Pretendia-se que a tarefa de defender o Estado operário servisse como justificativa para o social patriotismo. Hoje, Browder, que não foi nem mais nem menos substituído que outros "líderes" da Stalintern, declara diante de um comitê de investigação do Congresso que, no caso de uma guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética, ele, Browder, e seu partido, estariam do lado de sua própria pátria democrática. É provável que esta resposta tenha sido instigada por Stalin, mas isso não altera o caso. A traição tem sua própria lógica. Ao enveredar pelo caminho do social-patriotismo, a Terceira Internacional se separa, agora, claramente, da camarilha do Kremlin. Os "comunistas" se converteram em social-imperialistas e se diferenciam de seu aliados e concorrentes "social-democratas" somente no fato de seu cinismo ser maior.

Traição tem sua própria lógica. A Terceira Internacional, seguindo a Segunda, pereceu completamente como internacional. Já não é capaz de tomar nenhum tipo de iniciativa no campo da política proletária mundial. Não é por acaso que depois de 15 anos de progressiva desmoralização, a Comintern revelou sua total podridão interna no momento em que a Guerra Mundial se aproxima, precisamente no momento em que o proletariado necessita urgentemente de sua unificação revolucionária internacional.

A história acumulou enormes obstáculos perante a Quarta Internacional. A tradição moribunda está sendo dirigida contra a revolução viva. Durante um século e meio, os

reflexos da grande Revolução Francesa serviram à burguesia e a seus agentes pequeno-burgueses - a Segunda Internacional - como meio para destruir e paralisar a vontade revolucionária do proletariado. A Terceira Internacional agora está explorando as tradições incomparavelmente mais frescas e mais poderosas da Revolução de Outubro, com esse propósito. A memória do primeiro levante vitorioso do proletariado contra a democracia burguesa serve aos usurpadores para salvar a democracia burguesa do levante proletário. Diante da aproximação de uma nova guerra imperialista, as organizações social-patriotas unificaram suas forças com a ala esquerda da burguesia, sob o insígnia da Frente Popular, que não representa outra coisa senão a tentativa da burguesia, em sua agonia de morte, de submeter mais uma vez o proletariado a seu domínio, como a burguesia revolucionária o submeteu no alvorecer do capitalismo. O que antes foi uma manifestação histórica progressiva, agora aparece-nos como uma repugnante farsa reacionária. Mas, enquanto as “frentes populares” são impotentes para curar um capitalismo apodrecido até a alma, enquanto são incapazes ainda de deter a agressão militar do fascismo - o exemplo da Espanha está cheio de significado simbólico! - no entanto, ainda demonstram que são suficientemente poderosas para semear ilusões entre as fileiras dos trabalhadores, para paralisar e destruir a sua vontade de luta e daí para diante criar maiores dificuldades no caminho da Quarta Internacional.

A classe trabalhadora, especialmente na Europa, ainda está em recuo, ou pelo menos em um estado de vacilação. As derrotas são demasiadamente frescas e as pessoas mais que exaustas - assumiram sua forma mais aguda na Espanha. Em tais condições se desenvolve a Quarta Internacional. Por acaso surpreende que seu crescimento seja mais lento do que gostaríamos que fosse? Os diletantes, charlatães ou estúpidos, incapaz de compreender a dialética dos fluxos e refluxos históricos, mais de uma vez, traíram o seu veredito: “As ideias dos bolcheviques leninistas podem ser corretas, mas são incapazes de construir uma organização de massas”. Como se as organizações de massas pudessem ser construídas em qualquer condição! Como se um programa revolucionário não nos obrigasse a permanecer em minoria e a nadar contra a corrente na época de reação! O revolucionário que utiliza sua própria impaciência como medida de tempo de uma época não serve para nada. Nunca antes o caminho do movimento revolucionário mundial tinha sido bloqueado com gigantescos obstáculos como hoje, no limiar da época das grandes convulsões revolucionárias. Uma correta avaliação marxista da situação chegaria à conclusão de que, apesar de tudo, temos alcançado êxitos inestimáveis nos últimos anos.

A Oposição de Esquerda Russa nasceu há 15 anos. O trabalho correto no terreno internacional ainda não perfaz uma década. A pré-história da Quarta Internacional se divide em três etapas. Durante o curso do primeiro período, a Oposição de Esquerda ainda depositava suas esperanças na possibilidade de regenerar a Comintern, e mesmo assim a via marxista. A repugnante capitulação da Comintern na Alemanha, taticamente admitida por todas suas seções, colocou abertamente a questão da necessidade de construir a Quarta Internacional. No entanto, nossas pequenas organizações, que cresceram por meio de uma seleção individual no processo da crítica teórica, pra-

ticamente à margem do próprio movimento operário, tinham provado não estar ainda preparadas para uma atividade independente. O segundo período se caracteriza pelo empenho de encontrar um real campo de ação para estes isolados grupos de propaganda, ainda que à custa de renunciar temporariamente à independência formal. O ingresso dos partidos socialistas imediatamente aumentou nossas fileiras, ainda que quantitativamente os ganhos não foram tão grandes como poderiam ter sido. Mas esse ingresso significou uma etapa extremamente importante na educação política de nossas seções que, pela primeira vez, provaram a si mesmas e às suas ideias diante das realidades da luta política e de suas exigências vivas. Como resultado da experiência adquirida, nossos quadros cresceram bastante. Outra conquista igualmente importante foi o nosso rompimento com os sectários incorrigíveis, com os tolos e com os falsificadores que estavam dispostos a se juntar em princípio a qualquer novo movimento, somente para fazer tudo o que estivesse a se alcance para comprometê-lo e paralisá-lo.

Evidentemente, as etapas no desenvolvimento de nossas seções em diferentes países não coincidem cronologicamente. No entanto, a criação do Socialist Workers Party (SWP, Partido Socialista dos Trabalhadores) norte-americano pode ser reconhecido como o final do segundo período. Daí em diante, a Quarta Internacional enfrenta as tarefas do movimento de massas. O programa de transição é um reflexo dessa importante mudança. Sua importância está em que, em vez de proporcionar um plano teórico a priori, realiza o balanço da experiência já acumulada por nossas seções nacionais e com base nesta experiência se abrem perspectivas internacionais mais amplas.

A aceitação deste programa, preparada e garantida por uma longa discussão prévia - ou melhor, uma série de longas discussões - representa a nossa mais importante conquista. A Quarta Internacional é agora a única organização internacional que leva em conta não apenas as forças motrizes da época imperialista, mas também está armada com um sistema reivindicações transitórias capaz de unificar as massas para a luta revolucionária pelo poder. Não precisamos de autoenganos. A diferença entre as nossas forças de hoje e as tarefas de amanhã a percebemos mais claramente que nossos críticos. Mas a dialética dura e trágica de nossa época trabalha a nosso favor. Impulsionadas pelo desespero e pela indignação, as massas não encontram outra direção que a oferecida pela Quarta Internacional.

-
- (1) *A grande conquista. New International, outubro de 1938. Esta avaliação do significado da Conferência de fundação da IV Internacional foi escrita quatro dias antes de se reunir a referida Conferência.*
 - (2) *Alexander Nevski (1220? -1263): Um lendário herói russo que derrotou os suecos (1240) em uma grande batalha perto da atual Leningrado no rio Neva (daí o nome Nevski). Em sua homenagem, Pedro o Grande fundou a ordem de Alexander Nevski em 1725. O general Alexander V. Suvorov (1730-1800) e príncipe Mikhail I. Kutuzov (1745-1812): ambos fundadores da ciência militar russa e cujos nomes se criaram ordens depois da Segunda Guerra Mundial. (Extraído da obra “Escritos”, de Leon Trotsky, tomo IX, 1937-38, vol. 2, editorial Pluma)*